



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 24

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1938

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, nos dias 25 e 27 de março, 8, 10, 15, 17, 22, 24, 29 de abril e 6 de maio do ano em curso, às 21 horas no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo enumerados:

Dia 25 de março:

1 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.181, de 1956, na Câmara dos Deputados e n.º 92, de 1957, no Senado) que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências.

Dia 27 de março:

2 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 3.930, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 82, de 1957, no Senado) que regula a contagem de tempo do serviço para os paraquedistas militares.

Dia 8 de abril:

3 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 117, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 124, de 1957, no Senado) que cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior.

Dia 10 de abril:

4 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.239, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 201, de 1957, no Senado) que assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção *post mortem*.

Dia 15 de abril:

5 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 15, de 1956, no Senado Federal e n.º 2.753, de 1957 na Câmara) que estabelece em novos moldes, a apo-

sentadoria por invalidez dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e na outras providências.

Dia 17 de abril:

6 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.181, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 151, de 1957, no Senado) que estende aos ferroviários e marítimos das empresas incorporadas ao patrimônio da União os benefícios da licença-prêmio.

Dia 22 de abril:

7 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.620, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 142, de 1957, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1958.

Dia 24 de abril:

8 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.546, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 50, de 1957, no Senado) que cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Dia 29 de abril:

9 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.158, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 233, de 1957, no Senado) que dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Dia 6 de maio:

10 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 382, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 293, de 1956, no Senado) que dispõe sobre as condições para a admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiro.

Senado Federal, em 17 de março de 1938

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Góes (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellasco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Domingos Vellasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário, Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões Especiais De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Filinto Müller.

Secretário: José da Silva Lisboa.

Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.

Mem de Sá — Vice-Presidente.

Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.

Gomes de Oliveira — Relator do pelo Sr. Primio Beck.

Projeto do Código Partidário.

Lamela Bittencourt.

Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasquallini. (1)

Lino de Mattos.

1) Substituído temporariamente

Reuniões — Quintas-feiras;
Secretário — Sebastião Veiga.

Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores.

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Othmar Madureira.
Erginaldo Cavalcanti.
Juno Leite.
Eduardo Sá — Vice-Presidente.
Aarão Stenroch — Relator Geral.
Tasso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Licurgo Leite.
Silvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1 de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Gaspar Velloso.
Saulo Ramos.
Lourival Fontes.
Calado de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Mem de Sá.
João Villasbôas.
Daniel Krieger.
Sá Pinco.
Lino de Matos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Japaneza — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Felinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Colimbru Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários Lazary Guedes e José Silva Lisboa.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

A S S I N A T U R A S

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 58,00
Ano	Cr\$ 98,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 29,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Atas das Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

CONVOCAÇÃO

De ordem do Sr. Presidente, ficam convidados os Srs. Senadores, membros desta Comissão, para a reunião extraordinária a realizar-se na próxima sexta-feira, dia 21, às 10 horas, para o fim especial de apreciar seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 10, de 1958, que dispõe sobre a estrutura administrativa da previdência social, e dá outras providências. — Odenegus Gonçalves Leite — Secretário.

Comissão Diretora

23.ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1957

Sob a presidência do Sr. Apolônio Sales, Presidente, presentes os Srs. Lima Teixeira, 1.º Secretário, Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, Mourão Vieira, 1.º Suplente, e Prisco dos Santos, 2.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer os Srs. Victorino Freire, 3.º Secretário, em missão no estrangeiro, e Kerginaldo Cavalcanti, 4.º Secretário, por motivo justificado.

A ata da reunião anterior é lida e sem observações, aprovada.

Declara o Sr. 2.º Suplente que, em atenção ao pedido de seus colegas, procedera ao reexame dos títulos e trabalhos apresentados por Paulo Gomes Braga e Mário Roxo Sobrinho, no concurso para o provimento de cargo de Assessor Legislativo — Setor Transporte Viação e Obras Públicas — e era de opinião que a Banca Examinadora fôra justa na sua apreciação e, em consequência, nas notas atribuídas.

A Comissão aprova o parecer, nega provimento aos recursos dos candidatos acima referidos, homologa o concurso e determina a remessa ao plenário de projeto nomeando Cleone de Paula Velasco, o primeiro colocado.

Em relação ao concurso para Assessor Legislativo — Setor Legislação Social, o Sr. 2.º Suplente dá conhecimento da resposta de Flávio Maranhão à exigência formulada anteriormente pela Comissão Diretora, no sentido de apresentar algum documento que comprove o exercício de função, pertinente à especialidade a que concorrera. Diz o relator que o candidato alega haver exercido as funções de Assistente Jurídico, referência 28, do Ministério da Aeronáutica, de Oficial de Gabinete do Ministro do Trabalho, de Técnico de Publicidade do IAPC e de Assistente Técnico do Presidente do SENAC, mas em face desta enumeração logo se verifica que só se poderia admitir como exercício de função pertinente à especialidade, a de Oficial de Gabinete do Ministro do Trabalho, e a de Assistente Técnico do Presidente do SENAC, sendo de salientar que o exercício desta última função não fôra devidamente comprovado. E, diante do exposto, opina Sua Excelência que os novos elementos aduzidos na exposição feita pelo candidato não eram de molde a modificar a deliberação adotada pela Comissão.

O parecer é aprovado e homologado o concurso, nos termos da classificação decorrente dos recursos anteriores, determinando a Comissão seja encaminhado ao plenário o projeto de nomeação do primeiro colocado, Francisco das Chagas Mello.

O Sr. Presidente submete aos presentes solicitação da Comissão de

Constituição e Justiça, no sentido de ser concedida uma gratificação a Narciso Vieira, representante da Agência Nacional junto ao Senado. A Comissão nega aprovação ao pedido por entender que, não sendo possível medida de caráter geral, não se justifica exceção daquela natureza.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando, eu, Luiz Nabuco, Diretor Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 1.ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO) REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 1958, ÀS 15:30 HORAS

Presentes os Senadores Lourival Fontes, Gilberto Marinho, Gaspar Velloso, Argemiro Figueiredo, Lima Guimarães, Rui Palmeira e Atílio Vivacqua, esteve reunida a Comissão de Constituição e Justiça, para, de acordo com o Art. 40, do Regimento Interno, instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, dentre os seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente.

Deixaram de comparecer os Senadores Benedito Valadares, Rui Carneiro, Daniel Krieger e Lineu Prestes.

Na forma do Regimento, assume a presidência o Senador Lima Guimarães que procede à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas e apurados os votos, verifica-se os seguintes resultados:

Para Presidente: Senador Lourival Fontes — 6 votos; Gilberto Marinho — 1 voto.

Para Vice-Presidente: Daniel Krieger — 7 votos.

Proclamados os eleitos, o Senador Lourival Fontes assume a presidência, agradecendo a confiança em si depositada, pelos seus pares, elegendo o Presidente da Comissão, uma das mais importantes e mais exaustivas pelo volume de documentos que lhe são encaminhados, bem como pelos relevantes assuntos que estuda.

A seguir, foi marcado o dia das reuniões da Comissão que será às quartas-feiras, às 10:30 horas.

Antes de levantar a reunião, o Sr. Presidente convoca os Srs. membros da Comissão para uma reunião extraordinária, que será realizada na próxima sexta-feira, dia 21, às 10 horas, para o fim especial de apreciar seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 10, de 1958, que dispõe sobre a estrutura administrativa da previdência social e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, levanta-se a reunião, e para constar, eu, Odenegus Gonçalves Leite, secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada será assinada, pelo Sr. Presidente.

Comissão de Redação

1.ª REUNIÃO, EM 19 DE MARÇO DE 1958

(Instalação)

As quinze horas e vinte minutos, do dia dezanove de março, do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Redação, para, dando cumprimento ao disposto no art. 40, do Regimento Interno, eleger, em escrutínio secreto, o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão, bem como tomar as providências necessárias quanto à instalação de seus trabalhos.

Acham-se presentes os Srs. Senadores Ezequias da Rocha, Ruy Palmeira, Púlio de Mello e Sebastião Archer, membros indicados pelos diversos partidos para integrarem a Comissão.

Obedecendo, ainda, ao que dispõe o § 2.º do art. 40, do mencionado Regimento Interno, assume a presidência, o Senador Sebastião Archer, que, congratulando-se com os seus pares

pelo reinício dos trabalhos parlamentares, agradece o comparecimento dos presentes e diz, em breves palavras, do objetivo da reunião.

A seguir procede-se à eleição.

Apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ezequias da Rocha — 3 votos; Senador Pábio de Mello — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Sebastião Archer — 3 votos; Senador Ruy Palmeira — 1 voto.

O Sr. Presidente proclama, então, eleitos os Srs. Ezequias da Rocha e Sebastião Archer, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, passando, a seguir, a presidência ao Sr. Ezequias da Rocha.

O Sr. Ezequias da Rocha, antes de consultar os interesses de seus pares, quanto às normas que deverão reger os trabalhos da Comissão, agradece a confiança que lhes mereceu pela sua recondução à esta presidência de tão elevada responsabilidade.

Com a palavra, o Sr. Sebastião Archer, igualmente agradece a sua eleição para o cargo de Vice-Presidente.

Após ligeiros debates, fica determinado que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas às terças-feiras, às quinze horas.

As dezessete horas, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 3.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA EM 19 DE MARÇO DE 1958.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. APOLÔNIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores: Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Almeida Bittencourt. — Sebastião Archer. — Victorino Freire. — Pábio de Mello. — Waldemar Santos. — Mathias Olympio. — Leônidas Mello. — Onofre Gomes. — Fausto Gabral. — Fernandes Távora. — Azevedo Cavalcanti. — Geórgio Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Octacílio Jurema. — Argemiro de Figueiredo. — Apolônio Salles. — Novaes Filho. — Nelson Firmo. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Rui Palmeira. — Júlio Leite. — Jorge Maynard. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Atilio Vivacqua. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Bernardes Filho. — Benedito Valladares. — Lima Guimarães. — Lino de Mattos. — Domingos Vellasco. — Pedro Ludovico. — Sylvio Curvo. — João Villasbôas. — Píllito Müller. — Othon Müder. — Gaspar Velloso. — Alô Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Nereu Ramos. — Mem de Sá. (52).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Arlindo Rodrigues, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 4.º Secretário, servindo de 1.º, lê o seguinte:

Telegrama do Sindicato dos Jornalistas: Profissionais do Estado de

São Paulo, encarecendo a necessidade de ser preservada a indústria nacional na questão da American Can Co.

O SR. PRESIDENTE:

— Está finda a leitura do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Lê o seguinte discurso): — Senhor Presidente, em discurso que pronunciamos nesta casa, na sessão de 15 de fevereiro de 1955, afirmamos que "a resistência do consumidor norte-americano, contra o preço do café brasileiro, nos deixava a impressão de que se pretendia forçar o Brasil a enveredar pelo caminho perigoso da concorrência de preços com os demais produtores, principalmente dos países da América Latina".

Seria a luta, acrescentamos nós no referido discurso, "entre irmãos pobres em favor dos irmãos ricos".

Era perceptível, mesmo aos leigos em assuntos de café, que a manobra do consumidor norte-americano, objetivava levar a luta competitiva de preços entre os produtores de café, a fim de forçar o seu barateamento mesmo com prejuízo do produtor carente de divisas para o equilíbrio do seu comércio internacional.

Urgia, portanto, a organização imediata de um plano de defesa do preço do café. Proclamamos essa necessidade e vimos-a prestigiada pelos apurados de ilustres e nobres Senadores e, acredito, pela unanimidade da imprensa, tal o destaque dado, então, à nossa despretenciosa contribuição em favor desse problema de relevância nacional.

PLANEJAMENTO INTELIGENTE

Planejar a sustentação do preço do café, com base em entendimentos inteligentemente conduzidos com os demais países cafeeiros, em particular, com os da América Latina, evitando-se as falhas verificadas no passado, foi, então, o ponto de vista que sustentamos. E, Sr. Presidente, passados três anos, mais se fixou em nossa opinião, o acerto da medida preconizada.

Acontece, porém, que essa sustentação de preço trouxe aos meios econômicos, políticos, jornalísticos e até mesmo sociais ambiente de controvérsias, de discussões apaixonadas e até mesmo violentas.

A semelhança da "Casa de Orates", todos falam e poucos se fazem entender.

Entretanto, Sr. Presidente, não há brasileiro que, em sã consciência, deixe de reconhecer a necessidade da convergência de todos para a busca de uma solução, sem prejuízo das críticas e recriminações aos que conduziram a erros, plano destinado a inegável êxito.

INDICAÇÃO DOS ERROS

Repisar na indicação dos desacertos é fórmula objetiva de se encontrar as soluções certas.

A falta de plano, previamente estudado nos seus efeitos favoráveis e contrários, tornou-a pública, o renomeado líder da cafeicultura colombiana, Manoel Mejía, em uma espécie de carta-póstuma a fustigar os nossos "brios patrióticos com este topico, que seria atrevido e afrontoso se, desgraciadamente, não fosse verdadeiro: "A situação do Brasil é muito semelhante à nossa, mas com a diferença de que mesmo que fracássemos, temos um plano definitivo; aqui, (no Brasil) eles não o têm..."

ACORDO DO MÉXICO

O chamado acordo do México se faz, portanto, sem a bússola do plano

prévio, por isso o Brasil, inocentemente, se comprometeu a retirada de 20 % do café exportável, mas se esqueceu de acertar de imediato com os demais produtores convencionados as bases para a sustentação dos preços, principalmente o indispensável diferencial de preços entre os nossos e os cafés finos da Colômbia, México e América Central. A par desse convênio de perceptível represália ao grande consumidor nenhum trabalho psicológico de esclarecimento da opinião pública norte-americana se fez, a fim de convencer, aos nossos irmãos ricos, da imperiosidade de tais medidas, como fórmula salvadora de nossa economia até mesmo para a nossa maior capacidade aquisitiva de produtos industrializados pela poderosa nação.

A medida da intoxicação do espírito dos nossos vizinhos do norte, agastados com as nossas improvisações no plano de preços altos, se patenteou pelas palavras do observador norte-americano, Sr. Randall, no decorrer dos trabalhos para a criação de um organismo mundial do café.

O BRASIL NAS COTAÇÕES DA BOLSA AMERICANA

A esses erros tiraram as nossas autoridades em acrescentar a subversão das boas normas comerciais, comparecendo, por intermédio de seus prepostos, a Bolsa de Nova York, para uma intervenção no processo de cotações, inteiramente contrário ao espírito de um povo desabitado da presença governamental nos seus atos de comércio.

Procedimento que reflete, sem dúvidas, a desorientação de autoridades que, à maneira de embriagados, buscaram uma porta, mas não conseguiram meter a chave em sua fechadura, para abri-la.

Enquanto lá fora, a luta pelo preço compensador do café se orientava, com tais imprudências e falhas, não menores foram os desacertos internos.

PREÇOS MÍNIMOS E PRÊMIOS

A política de preços mínimos e prêmios, para os cafés classificados como preferenciais, se impunha como solução hábil diante da crise em que se debatia a lavoura cafeeira, a ponto de ameaçar o Governo com a chamada "marcha da produção", que outra coisa não era senão uma espécie de "marcha da fome". Todavia, não se compreende a obrigatoriedade do Governo garantir preços mínimos, sem a providência correlata, da limitação de plantações, principalmente, tendo presente as novas qualidades de cafés precoces, cuja produção se inicia, logo no segundo ou terceiro ano. Preço mínimo é solução salvadora para os cafezais existentes e vitimados pelas crises econômicas, nunca, porém, deve ser providência para auxiliar a superprodução do produto. E o que vai acontecer para agravar mais ainda o futuro da nossa rubiaca, se não houver a exigência da proibição de novos plantios de café.

A inegável necessidade de se premiar a exportação, conforme o valor, em dólar, alcançado pelo produto, exigia, porém das autoridades maior rigor na aplicação do regulamento de embarques. Procede-se, entretanto, de maneira contrária, porque a classificação do café, considerado preferencial, passou a ser feito com exigências pouco rigorosas, bastando a cor uniforme, boa sêca, boa torração e não inferior ao tipo 4, em média no lote, sem contar tipo inferior a 5, para classificar-se na categoria de café preferencial.

Essa tolerância trouxe consequências de extrema gravidade para o mercado internacional, porque, estando os cafés preferenciais livres da limitação fixada para os diversos portos de embarques, e dada a grande

facilidade na sua classificação, o volume do produto, em tais condições, que tomou o caminho livre das grandes exportadoras, ultrapassou, de muito, as cotas previstas pelo Regulamento de Embarque, abarrotando-as de café.

A presença física de quantidade de preferenciais, violando o limite preestabelecido, funcionou, plenamente, contra o plano governamental de sustentação de preços, isto porque, alertou o comprador com o volume exagerado do produto, já na porta de saída e, mais grave ainda dificultou pela consequente restrição, a presença de cafés comuns, nos portos de embarque. Essa circunstância colaborou muito para a crise, porque a maior exigência de consumidor norte-americano, no início de cada ano, é a de cafés comuns devido à existência satisfatória, nessas épocas, de cafés suaves.

A pequena porção de cafés comuns agiu, portanto, como incentivo para a entrada nos Estados Unidos do produto africano. Com fatores, de agravamento da crise, funcionaram, portanto o excesso de preferenciais a escassez de cafés comuns, os rivais das garantias de preços mínimos, desvirtuados da realidade das cotações internacionais e, ainda, a ação comercial dos nossos concorrentes centro-americanos, que passaram a vender, por preços baixos, todo o estoque disponível, porque o acordo do México não lhes criou a obrigação de sustentar preços. Esta última providência foi conseguida em plena crise, em uma viagem precipitada do presidente do I. B. C. à Colômbia, fato que confirma a inexistência de plano previamente acertado.

APANIGUADOS DO GOVERNO

A prevenção da improvisação governamental ficou, de calva a mostra, em todos os atos relacionados com o problema do café. Nem mesmo o aspecto da honestidade comercial nas relações do I. B. C. com os cafeicultores se procurou acautelar. Indefensável se nos afigura o critério na escolha dos prepostos do I. B. C. para a compra de cafés diretamente do produtor e para a intervenção na Bolsa de Nova York. Inconveniente uma orientação pública na designação de tais elementos a fim de cobrir-se o Governo Federal da suspeita de estar propiciando nababescos negócios apaniguados seus.

Apontados alguns dos erros cometidos na área governamental é de se admitir que as autoridades empenham a mão, apegando-se ao velho adágio latino: "Errare humanum est, perseverare tantum diabolicum".

INFLUÊNCIAS DE BELZEBU

Está em risco o cerne da economia brasileira. A nossa sensibilidade patriótica está captando sinais de que todas as críticas, as tolerantes e as intemperantes, nasceram do escopo único de servir ao Brasil por isso mesmo, se generaliza a disposição para o reconhecimento de haver sido um erro humano essa falta de previsão da crise. Persistir nele seria, portanto, diabólico.

Em tais condições, cumpre às autoridades encarregadas da defesa do café, afastarem dos seus espíritos as possíveis influências malélicas de Belzebu.

PÉS NA TERRA

Lembrem-se esses cidadãos de que a investidura em cargos elevados na administração pública, não o transforma em oniscientes, onipotentes ou onipotentes. Devem manter os pés na terra e a cabeça desinclinada para o entendimento da razão.

E, missões a voz do povo, pela imprensa e parlamentares, de que se impõe a união dos brasileiros na defesa de um plano.

Na leitura das grandes e pequenas orgãos da imprensa, todos patrióticos,

mente preocupados com a crise do café, pôde o Governo Federal encontrar as linhas mestras do plano salvador.

(Interrompendo a leitura): Senhores, Sr. Presidente, em todos os nossos jornais, das pequenas cidades às grandes metrópoles, o desejo de orientar a política do café no sentido de salvar o Brasil da crise em que se debate no momento, há os mais apaixonados, há os mais compreensivos, há os francamente favoráveis ao Governo. Todavia, quem se der ao trabalho de ler um destes comentários, ou, mais violento, aquele que aplaude o Governo, sente, percebe, nota que comentários favoráveis à orientação governamental reconhecem a existência de um erro na aplicação do plano de valorização do café.

Eu poderia, Sr. Presidente e Srs. Senadores, lançar mão de numerosos artigos sobre o assunto a que venho de me referir, para provar a procedência das minhas afirmações.

Sem o propósito de dar a este ou aquele órgão da imprensa o maior relevo, mas tão somente com o objetivo de mostrar, através de um só jornal, a orientação quase da unanimidade, eu me permito, Sr. Presidente, passar à leitura de três comentários sobre o problema do café, publicados pelo vibrante "Diário de Notícias", desta Capital.

É de todos conhecida a posição desse matutino. O próprio comentarista é quem diz que, se fora em atenção a essas autoridades, nenhuma providência seria sugerida. Não está em jogo, porém, apenas o Governo da República e sim os interesses maiores da própria nacionalidade.

Devo esclarecer, Sr. Presidente, que eu poderia, à semelhança do que pretendo fazer com o "Diário de Notícias", ir às páginas vibrantes, candentes do *Correio da Manhã*, do *Jornal do Brasil*, do *Jornal do Comércio*, enfim, dos grandes e pequenos jornais do Distrito Federal, da capital de São Paulo e de todas as cidades do país porque em cada um deles encontraria a mesma crítica, marcando ao mesmo tempo, para o Governo, a orientação que deve ser tomada para salvar o Brasil da crise econômica em que vive.

Senti, entretanto, repito — através das manifestações de líderes da cafeicultura, que a orientação preconizada nesses artigos do *Diário de Notícias* está sendo favoravelmente recebida pela classe.

Ainda ontem li comunicado de um dos maiores líderes do café em nossa Pátria — o Sr. Almeida Prado — no qual S. Sa. aplaude e incentiva o comentarista daquele órgão da imprensa pela feliz contribuição que traz para a solução do problema.

Passo, agora, Sr. Presidente, a ler os artigos, o primeiro dos quais, publicado no dia 16 do corrente mês, tem o título

CRISE E SOLUÇÃO

"A política cafeeira inaugura da em 1.º de julho do ano passado, quando anunciada um mês antes pelo Ministro da Fazenda, com vivos aplausos das classes interessadas, foi recebida por nós com fundadas reservas. Não que fosse condenável em si o plano; ao contrário, muito havia que nele aplaudir, porém o reconhecimento que tínhamos do comportamento das várias forças em jogo nesse complicado mecanismo que é a economia cafeeira, nos induzia a encarar com pessimismo o futuro.

A reativação das exportações, a partir de outubro, foi por nós registrada, com evidente satisfação, embora com a advertência de que era cedo para manifestar qualquer otimismo a res-

peito. Preferíamos ter errado em nossas previsões, o que infelizmente, para o país, não aconteceu.

A partir de dezembro, a situação agravou-se e, hoje, estamos diante de uma conjuntura extremamente perigosa, menos pelas deficiências do plano posto em prática do, que pela quase geral incapacidade dos executores da nossa política cafeeira.

As dificuldades não são insuperáveis, como demonstramos adiante, mas a sua superação depende de medidas corajosas, a serem levadas adiante com firmeza. Falta, no entanto, pulso aos condutores da política cafeeira. A maioria dos que discutem o assunto está preocupada com especuladores, supostos ou verdadeiros. Ora, não interessa, evidentemente, identificá-los. Mas fundamentalmente interessa, isto sim, tomar medidas que impeçam ou contenham a especulação, ao invés da atitude policial que obscurece o fundo do problema.

Não importa, igualmente, no caso, a situação de agonia política do sr. Alkimim. Por ele não moveríamos, é claro, uma palha que fosse. É do nosso dever, no entanto, ajudar ao país a sair dessa entalada em que o meteram o próprio sr. Alkimim e seus comparsas na execução do plano cafeeiro. Acontece que o plano não está sendo cumprido. Sua eficiência depende da aplicação do acordo do México, que é o seu complemento indispensável, mas este, por sua vez só criou obrigações, na defesa do preço do café, para o Brasil. Ora, sem a manutenção do diferencial que sempre se observou, devido à qualidade, entre os cafés colombianos (Medellin, Armenia e Manizales) e o Santos tipo 4, é impossível funcionar no mercado internacional.

Assim, a primeira providência é obrigar os colombianos, e para isto não nos faltam argumentos suassórios, a vender o seu café a um preço de 3 a 5 centavos de dólar por libra-peso acima do preço dos Santos 4, a fim de permitir a exportação do último. Não está explícita a providência no convênio do México, porém implícita, pois, doutra forma o acordo não tem sentido.

Sr. Presidente, abro parêntese na leitura que estou fazendo, para insistir no tópico do meu discurso em que qualifiquei de inocente a atuação dos representantes do Instituto Brasileiro do Café no Convênio do México, ao aceitarem a dedução dos 20% nos nossos cafés exportáveis, sem condicionar no próprio Tratado Convencional a obrigação da Colômbia de vender seus cafés com a diferença preferencial de alguns centavos a mais no tipo quatro.

O Sr. Alvaro Adolpho — Dedução que não poderia constar do Acordo.

O SR. LINO DE MATOS — Tanto foi assim, eminente Senador Alvaro Adolpho, que, após a verificação dessa manifestação de boa-fé e inocência dos brasileiros no Tratado do México, o representante do Instituto Brasileiro do Café foi à Colômbia, às pressas, para conseguir, em acordo complementar, o estabelecimento de ágio que cobrisse a diferença preferencial de preços.

O Sr. Alvaro Adolpho — Permite V. Exa. que um homem da terra da borracha dê "palpite" a respeito do problema do café a propósito das apreciações que está fazendo?

O SR. LINO DE MATOS — Com muito prazer.

O Sr. Alvaro Adolpho — Parece-me que essa inocência vem de longe, da valorização artificial do café que propiciou à Colômbia a sua prosperidade à custa do nosso produto.

O SR. LINO DE MATOS — Pato, eminente Senador Alvaro Adolpho, que agrava ainda mais a incuria das nossas autoridades incumbidas da defesa do café, porque têm à frente os exemplos do passado, das valorizações artificiais das quais resulta ou a revolução que conduziu à deposição de um presidente da República e à impossibilidade de o sucessor assumir legalmente o poder. É o caso da borracha da Amazônia e de tantos outros produtos, sacrificados por falta de orientação, de plano pré-estabelecido, de estudo tendente à verificação dos prós e os contras.

O Sr. Alvaro Adolpho — Permite o nobre colega um aparte?

O SR. LINO DE MATOS — Dou permissão com todo o prazer.

O Sr. Alvaro Adolpho — Penso que a responsabilidade da atual crise não cabe tão somente aos atuais encarregados da política cafeeira. As causas são profundas, vêm de muito longe; talvez mesmo remontem ao Convênio de Taubaté.

O SR. LINO DE MATOS — Talvez estejam pagando o erro, de não se louvarem nos bons exemplos, de não verificarem o que aconteceu com o Acordo de Taubaté e outros em torno do café.

Como disse, com acerto — e foi objeto da primeira parte do meu modesto discurso — a Colômbia, através do falecido Embaixador Melia, despertou nossos brios patrióticos, aludindo ao fato de não termos plano para ser executado com resultados eficientes.

Fechando este parêntese, Sr. Presidente, prosseguirei na leitura do comentário do *Diário de Notícias*.

O Sr. Olhon Mader — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATOS — Concedo a permissão com grande prazer.

O Sr. Olhon Mader — Desejo cumprimentar V. Exa. pela magnífica peça que produz, expondo, com precisão e clareza, a situação do café e patenteando a responsabilidade dos dirigentes da política cafeeira, que não a souberam encaminhar devidamente. Sofremos, hoje, as consequências da incapacidade dessas autoridades. Classificou o nobre orador de inocentes os nossos representantes que compareceram à Conferência do México. Acrescentaria eu: inocentes e ignorantes. Infelizmente, quando o Brasil manda representantes aos Congressos internacionais, geralmente os escolhe à última hora entre pessoas que não entendem dos assuntos e pelo critério das amizades pessoais. Competindo-lhes com especialistas e técnicos habilitados, seus argumentos são facilmente derrotados. Eis por que não só na Conferência realizada no México, como em quase todos os certames internacionais, o Brasil é sempre prejudicado. Jamais consegue impor seus pontos de vista ou fazer prevalecer seus interesses.

Assim, a culpa e a responsabilidade devem ser atribuídas àqueles que colocam nos postos-chaves da política cafeeira cidadãos incapazes de desempenhar seus mandatos. Sofremos, pois, repito, as consequências desses erros, sentido-as na própria carne. Não devemos culpar os países vizinhos ou atribuir nossas dificuldades a represálias de americanos ou europeus. Pagamos por erros praticados por nós mesmos; e somos os responsáveis pelos males que afligem o Brasil. Apóio, portanto, integralmente, as considerações que

V. Exa. expende; e reforço a afirmativa de que o Brasil atravessa fase crítica e difícil de sua economia cafeeira, por culpa exclusiva dos dirigentes e executores da política desse produto.

O SR. LINO DE MATOS — Desvanecedora para mim a manifestação de apoio do eminente Senador paranaense, que nesta Casa representa, também, região produtora de café, em grande escala.

Estou concorde com o nobre Senador Olhon Mader quando afirma que, aliás, além de inocentes, foram os nossos representantes ignorantes. Compareceram eles a um Congresso na Cidade do México para a defesa do produto brasileiro, — do café em geral — assumiram o compromisso de retenção de parcela ponderável do nosso café exportável. Esqueceram, no entanto, o fundamental, o principal, o basilar, assegurar, de imediato, a obrigatoriedade, por parte da Colômbia, em particular, do diferencial de preço entre o seu e o nosso café. Essa providência foi tomada — não sei se com a mesma segurança que seria no instante da assinatura do Convênio do México — mais tarde, de maneira precipitada, com correias, pelo presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Foi — repito e estou de acordo com o nobre colega Senador Olhon Mader — não só inocência, mas ignorância, dando lugar às consequências que advicam desse ato.

Sinto que, à semelhança do que se passa conosco, também o ilustre representante do Paraná não se coloca contra o plano de sustentação de preços, desde que executado de maneira sábia, de modo hábil, de sorte a não provocar represália do consumidor e ao mesmo tempo não intoxicar nossos portos de exportação com volume físico do café conforme atualmente verificamos nos de Paranaguá, Santos e outros, que têm cafés, tidos como preferenciais, em débito do permitido pelo Regulamento de Embarque. Houve facilidades no processo de classificação dos chamados "cafés preferenciais", que desceram, pela liberação estabelecida no próprio Regulamento de Embarque, dando ao consumidor de alimentar a impressão de que poderia regatear conosco o preço, porque sentia que estávamos abarrotados de café em todas as cidades exportadoras.

Com estes agradecimentos, portanto, ao eminente colega do Paraná, prossigo na leitura do comentário do *Diário de Notícias* sob o título "Crise e Solução".

"No plano internacional, a segunda providência seria lutar pela modificação das condições da Bolsa de Nova York, para o café e o açúcar, que perdeu a sua finalidade. O objetivo de qualquer bolsa é regularizar a situação do mercado, ao passo que a bolsa de Nova York só tem perturbado o mercado com suas operações puramente especulativas. O mercado de físicos, isto é, o mercado real funciona inteiramente à margem da bolsa, que liquida a grande maioria de seus contratos por diferença de preço e não pela entrega da mercadoria.

No interior do país, as medidas são de outra natureza. É indispensável que sejam assegurados os atuais preços mínimos aos lavradores no interior e não nos portos. O café deve ser adquirido e armazenado nas zonas produtoras. Os estoques nos portos são duplamente prejudiciais: a deterioração do café é mais fácil e o congestionamento dos portos com estoques do governo prejudica a comercialização.

Outro parêntese é exatamente o que dizíamos há instantes.

O Sr. Olhon Mäder — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Olhon Mäder — Uma das grandes dificuldades para a exportação pelo porto de Paranaguá, no momento, é, exatamente o café do IBC. É muito pequena a quota disponível para os exportadores poderem formar suas partidas e tipos; razão pela qual, geralmente, não podem fazer ofertas. Eis o motivo, além de outros, de a diminuição da exportação pelo porto de Paranaguá dever-se à intervenção do IBC, nesse porto paranaense, acumulando grandes estoques.

O SR. LINO DE MATTOS — Intervenção, é bom que se diga, através de prepostos, cujos nomes são ignorados até hoje, apesar da insistência com que diversos órgãos da imprensa os reclamam. Afinal de contas, esses compradores de café em nome do IBC fazem negócios com o dinheiro do povo — do lavrador, do cafeicultor — não sendo justo que hajam anonimamente. Esse um dos pontos por mim focalizados no início deste meu modesto trabalho: que saiba a opinião pública quais os favorecidos nessas transações.

O Sr. Olhon Mäder — Permite V. Ex.^a novo aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Olhon Mäder — A exigência da identidade dos favorecidos pelo IBC para a compra do café vem sendo feita, em Santos, desde algum tempo. Sabe V. Ex.^a que está foi uma causa da crise, que terminou pela demissão coletiva da Diretoria da Associação Comercial de Santos, que dizia existirem esses favorecidos e isso acusava o Governo. Este, entretanto, jamais deu atenção aos protestos daquela entidade. Sentindo-se desprezada, a Associação preferiu renunciar e entregar sua direção a outros. Os que seguem à orientação do Sr. Abreu Martins Pereira, homem das mais acatadas e que melhor conhece o comércio de café de Santos, não se dando a actuar com as desonestidades na bolsa de Santos, preferiram se afastar.

O SR. LINO DE MATTOS — Ato de alta dignidade pessoal de cada um dos diretores, porque, afinal de contas, o Instituto Brasileiro do Café foi criado para servir ao lavrador, defender o homem que planta e colhe o café, não os parasitas, os intermediários e, principalmente, nunca para matérias pagas em vários órgãos da Imprensa, com recursos que deveriam ser destinados ao plantador da rubiacea para melhoria do produto ou, finalmente, para propaganda de esclarecimento do consumidor no exterior.

Quem conhece as paises da diversas partes do mundo sabe que, paramente, se encontra uma organização, por insignificante que seja que de ideia de seu sentido, que fale e mostre que somos grandes produtores de bons cafés. Acontece exatamente o contrário. E' comum a quem vai a França, Itália, Suíça, Alemanha, Portugal, Espanha etc., — principalmente nós, os daqui, que pelo cheiro reconhecemos nossos café — ver exibidos nos estabelecimentos comerciais produto que se percebe ser brasileiro; entretanto, a propaganda declara que é de outra região.

Creio que não conta novidade! Sr. Presidente, volta a leitura deste artigo magnífico, de um jornalista dedicado, a problema tão sério, que se deu ao sacrifício de ouvir a maioria das colunas de outros jornais, para tirar a ideia das opiniões e sugestões, a fim de apresentar trabalho que, como disse de início, está rece-

bendo os aplausos da própria lavoura, angustiada, à espera de solução.

Essas medidas ainda não resolvem totalmente o problema, pois há um outro fator de perturbação: o volume da safra 1958-59, que deve ser extremamente grande, cerca de 23 milhões de sacas. A posição atual é a seguinte: estoques totais em 28 de fevereiro, 14,5 milhões; exportação provável até 30 de junho (se for normalizado o mercado), 5,5 milhões de sacas; estoque que deverá ser mantido nos postos para composição dos tipos de exportação, 5 milhões. Sobrarão, portanto, 4 milhões, que comporão o estoque de reserva já adquirido pelo IBC. Custou-nos a aquisição desse café cerca de 13 bilhões de cruzeiros, que inflacionaram a economia nacional, pois o saldo dos ágios tornou-se mera ficção contábil no momento em que foi malbaratado pelo governo em despesas improdutivas. O mal, porém, já está feito e é irreversível. Como se vê, há uma solução para a safra atual. Resta o problema da safra futura, que não poderá pesar desfavoravelmente na posição estatística do produto.

Damos, o seguir, um esboço das medidas capazes de resolver a situação, a ser criada pela futura safra. Duas providências podem atenuar ou mesmo eliminar o desequilíbrio estatístico. A primeira seria uma cota de expurgo, digamos de ordem de 51%, a fim de eliminar a utilização de qualidades inadequadas, melhorando assim a qualidade do produto para o consumo interno. A segunda seria o estabelecimento de uma cota de consumo interno, da ordem de 25% da produção, por exemplo, a ser vendida a preços mais acessíveis, fato que, conjugado com a melhoria dos tipos, deverá estimular, consideravelmente, o consumo interno. Os restantes 65% seriam absorvidos pelas exportações.

Há, também, medidas a longo prazo, como a renovação das lavouras, a modernização dos métodos de cultura e a eliminação de lavouras anti-econômicas, na sua maioria já contidas no plano quinquenal.

Afirma-se frequentemente que os críticos sabem apontar falhas mas não propõem soluções. Acabamos de dar um exemplo oposto. As nossas sugestões aí estão e a elas voltaremos com mais detalhes. Cabe ao governo demonstrar, agora, que é capaz de receber e aproveitar a colaboração que lhe é oferecida exclusivamente no interesse do país.

Nota-se, Sr. Presidente, nestas sugestões, um ponto de particular e justificada importância. Quem viaja pelo Brasil reconhece que, na própria terra do café, ele é pouco consumido. A predominância dos maus tomadores de café, dos maus apreciadores de café, é conhecida.

Nós nos preocupamos muito com a exportação, porque esta representa divisas para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos. Mas, por que não cuidar, também, do aprimoramento do gosto da nossa gente para o bom café, a fim de que tenhamos grande consumo interno? Não se faz assim com outros produtos? Não temos o caso, por exemplo, do açúcar, que só de dois ou três anos a esta parte, depois de longos anos de interrupção, está conseguindo mercado externo, pois o consumo interno o absorvia completamente?

A sugestão, portanto, de se excluir dos cafés encalhados que temos, uma quota da ordem de vinte

ou vinte e cinco por cento, para destiná-la ao consumo interno, se me afigura acertada. E mais, acertado ainda seria se as autoridades encontrassem a maneira de fazer esse café chegar à casa do pobre, do lavrador. A linguagem Amazônia, ao Nordeste, ao Centro, ao Leste, ao Sul do país, por um preço barato.

Quanto e quantos brasileiros, Sr. Presidente, nessas regiões do país jamais tomaram uma boa xícara de café! E sabe-se que os maus exportadores desse produto no mundo. Por que não se estudar, não se procurar uma fórmula de fazer toda essa gente consumir o café de sua terra?

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Não estava presente quando V. Ex.^a iniciou o discurso. Venho, entretanto, acompanhando o debate em torno da crise do café através dos comentários dos jornais e das opiniões de abalizados técnicos. Tive enjôjo de ler em dois ou três noticiários — se não me engano, no Diário de Notícias — sugestões idênticas às apresentadas por Vossa Excelência.

O SR. LINO DE MATTOS — Não são minhas. Escutei, exatamente, comentando as do Diário de Notícias.

O Sr. Lima Teixeira — Apontam-se duas maneiras de solucionar a crise: primeira, o estabelecimento de uma quota de expurgo de 15%; segunda, a vendagem, no mercado interno, de 25% dos excedentes. De início, tive realmente a impressão de que, aumentando o consumo interno, suavisaríamos a conjuntura. Ao mesmo tempo, sobreveio-me a ideia: baixando o preço do produto no consumo interno, não iríamos acarretar certas dificuldades, em face do acordo firmado entre os países produtores do café para fixação do preço? Refletindo-se a baixa no mercado externo, não iríamos agravar a crise?

O SR. LINO DE MATTOS — Posso responder ao eminente Senador Lima Teixeira pela negativa, tomando por base precedentes ocorridos em outros setores da produção.

Veja V. Ex.^a, por exemplo, o caso do açúcar, a que me referi há momentos. O preço do açúcar internamente é um; todavia, para conseguir vendê-lo ao exterior, o Governo teve que reajustá-lo à paridade internacional, sem prejuízo do exportador que, através de mecanismos especiais, recebe a diferença. Felizmente, no referente a esse produto, marchamos para situação bem melhor. Ouída o Brasil, neste instante, de aderir ao acordo de Londres, quando então nos engrenaremos na máquina internacional de exportações e importações de açúcar, estabelecendo-se, consequentemente, preço conveniente para nós.

Ora, temos exatamente o oposto no caso do café. No do açúcar, o preço interno é maior do que o externo, enquanto que no do café se preconiza preço interno menor do que o externo, como solução para a nossa crise de divisas. Por isso exigimos preço maior e porque o produto também está altamente encarecido para o lavrador, como consequência de uma série de fatores, predomina, no meu Estado — felizmente esta não é a situação do Paraná — a baixa produção. Basta eminentes Senadores, termos presente que, no Estado de São Paulo, fazendas existem cuja média de produção é de vinte arrobas por mil pés.

O SR. PRESIDENTE (Arrendo os timpanos) — Permite-me comunicar ao nobre orador que a hora do expediente está prestes a terminar.

O SR. LIMA TEIXEIRA (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro, nos termos do Regimento, a pro-

gação da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Lino de Mattos conclua seu brilhante discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Lima Teixeira.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está arrendado. Continua com a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, agradeço ao nobre Senador Lima Teixeira a iniciativa e a V. Ex.^a e à Casa a concessão que me permite prosseguir no meu modesto trabalho. Referia-me à situação de desequilíbrio entre os lavradores, do Estado de São Paulo, onde há fazendas cuja produção é média por mil pés e de apenas vinte arrobas ou seja uma insignificância que não vale mencionar.

A média geral é da ordem de noventa arrobas por mil pés, sem falar na situação privilegiada do alto Paraná, onde poucos arrobas conseguem a média de cento e oitenta arrobas. Excepcionalmente há fazendas que produzem até duzentas arrobas por mil pés.

Temos assim de tirar a média do que ocorre em São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Goiás, para determinar o preço internacional que comunique razoavelmente o nosso sacrifício de produtores.

Não tenho dúvida de que a venda do café internamente pode ser feita por preço mais acessível dentro da quota que se chamaria de sacrifício. Admitindo-se, porém, para argumentar que tal solução viesse dificultar o mercado internacional, poderia o Governo muito bem subvencionar o preço para o consumidor à semelhança do que faz para o exportador.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Desejo apenas esclarecer que, fazendo corteio entre a situação do café e a do açúcar chegamos à conclusão de que são totalmente diferentes.

Em 1938, quando houve a crise de superprodução do açúcar, o Instituto do Açúcar e do Alcool a fim de dar saída ao excedente, estabeleceu o critério das cotas de sacrifício. O produto era exportado ao preço inferior à média do mercado interno, fazendo-se a compensação. O Instituto entrava com a diferença entre o preço do mercado interno e externo, a fim de que o produtor não ficasse prejudicado. Chegou-se no entanto, à conclusão de que o sacrifício era imenso para o Instituto do Açúcar e do Alcool: não havia sobretaxa que pudesse suportar a situação por muito tempo. Eis a razão porque ocorreu a disparidade de tratamento, a que V. Ex.^a alude: Enquanto o açúcar era vendido mais caro no mercado interno e mais barato no externo, com o café se dá o inverso, é mais barato no mercado interno e mais caro no externo. Seria, então, o caso de perguntar a V. Ex.^a e aos técnicos lá ou ao Instituto de Açúcar e do Alcool empregou treze bilhões de cruzeiros — se não estou enganado nos cálculos — para adquirir, cerca de seis milhões de sacas de café para estocagem não seria o caso de reduzir o preço compensando o agricultor?

O SR. LINO DE MATTOS — E o que, há pouco, dizia: o Instituto do Açúcar e do Alcool não traz nada as claras, procede às escaras, não se sabe quem compra o café, quem o está arrematando na Bolsa de Nova Iorque. Nada se sabe precisamente porque o Instituto não publica os seus atos, nem leva ao conhecimento dos parlamentares, para tratarmos do assunto.

No particular aconteceu comigo um fato curioso: fui visitar o Presidente

do Instituto Brasileiro do Café, para obter algumas informações. Acredite V. Ex.^a e o Senado, não fui recebido por S. Ex.^a que mandou me dizer estar reunido com alguns diretores da Junta. Eu, que exatamente desejava conseguir esclarecimentos do Presidente do I.B.C. e da Junta, como Senador representante de São Paulo terra do café, não fui recebido!

O Sr. Lima Teixeira — E' lamentável.

O SR. LINO DE MATTOS — Assim, é de se admitir tudo que ocorre.

O Sr. Lima Teixeira — Como dizia V. Ex.^a, na opinião do Sr. Ministro da Fazenda, a quantidade de café ultimamente adquirida pelo Instituto Brasileiro do Café, para manter o preço fixado em Convênio com outros países sul americanos, atinge a quatro milhões e cem mil sacas. Não seria melhor se reduzisse, um pouco, o preço do café no exterior e se compensasse o agricultor com a diferença no mercado interno? O Instituto não teria menor prejuízo se assim agisse? Ou essa providência comprometeria o Acordo estabelecido com os países produtores de café?

O SR. LINO DE MATTOS — Este, o ponto nevrálgico do problema. Nós, brasileiros, ou nos conservamos amarrados aos acordos internacionais e mantemos o preço dentro dos diferenciais acertados ou marchamos para a guerra da concorrência. Resta saber se estamos em condições de enfrentar, no campo internacional, uma guerra de preços com os nossos concorrentes, tendo à frente — é preciso que jamais esqueçamos esta particularidade — um continente que produz café com o braço escravo, sem contrair algum, a preços miseráveis.

Sustentadas pelos recursos vindos da Europa ou dos países continentais, que suprem suas colônias, podem aquelas nações, numa guerra de concorrência de preços, liquidar completamente conosco, com a Colômbia e com os demais produtores, dentro de lapso de tempo relativamente pequeno.

Dai, Sr. Presidente, o empenho revelado pelo próprio Brasil em arrastar ao Rio de Janeiro os representantes de todos esses países, para uma fórmula salvadora.

Não vimos, no passado — e neste ponto sobram razões ao ilustre Senador Alvaro Adolpho quando afirma que os erros vêm de longe — o que acontecia com a África. Enquanto os Estados Unidos, sob o louvável pretexto de amparar os países esmagados pela guerra, aprovava o fabuloso Plano Marshall, grande parte dos recursos dele provenientes, em vez de ser aplicado na reconstrução de cidades e na reabilitação dos povos atingidos pelo conflito, era desviado para as colônias africanas e transformado em plantações de café.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre colega chegou ao ponto que eu desejava.

O SR. LINO DE MATTOS — Enquanto isso sucedia conosco, numa concorrência inevitavelmente desleal, perdíamos, ainda inocentemente, a maior oportunidade que nos surgia na História Contemporânea, de usarmos a guerra para vendermos nossas mercadorias aos preços da competição internacional de época.

Amarrados, todavia, à honra de país habituado a cumprir seus acordos, submetemo-nos aos Estados Unidos da América do Norte, e para lá mandamos, durante o conflito mundial, a preços previamente estabelecidos, aqueles produtos exigidos pelo mundo no instante da guerra; entretanto nada recebemos do Plano Marshall, mas a África, sim...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Recebemos os efeitos; estes, ainda os estamos recebendo.

O SR. LINO DE MATTOS — ...através do processo a que acabo de me referir. Resultado: há dez anos

a África produzia menos de dois milhões de sacas de café. Verdade, ilustre colega Senador Othon Mäder?

O Sr. Othon Mäder — Exato.

O SR. LINO DE MATTOS — Dez anos depois, a África produzia mais de seis milhões de sacas de café, e marcha, a passos largos, para oito e dez milhões de sacas. São cafés inferiores? Sim. Cafés de má qualidade! No entanto, exatamente por essa circunstância é que a concorrência se torna ainda mais perigosa, porque, sendo de má qualidade, a produção é muito maior. O mercado consumidor, com raras exceções, é pouco exigente em matéria de paladar do café. Creio que a unanimidade dos colegas conhece o café que se bebe na França, Suíça, Espanha, Inglaterra, Alemanha e outros países europeus. Cafés de má qualidade, sem sabor.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Parece-me que não devemos defender a tese de que melhor será produzir café de qualidade inferior...

O SR. LINO DE MATTOS — Não é o que estou fazendo.

O Sr. Gomes de Oliveira — ...porque esses países não conhecem melhor café, e realmente depravam seu paladar consumindo produto de inferior qualidade; ao contrário, vemos a América do Norte exigindo os chamados cafés suaves, e daí, realmente, o melhor preço pago pelo produto colombiano. Assim, talvez não tenhamos orientado melhor a nossa política, a nossa cultura da rubiácea, no sentido de bom produto, e é essa a razão por que lutamos com o concorrente colombiano. Temos produzido muito para obter pouco, no sentido comparativo com o preço do café da Colômbia.

O SR. LINO DE MATTOS — Deus me livre, Sr. Presidente, e me salve da dúvida suscitada pelo ilustre colega Senador Gomes de Oliveira...

O Sr. Gomes de Oliveira — E' má interpretação de V. Ex.^a

O SR. LINO DE MATTOS — ...de que eu esteja defendendo a produção de maus cafés! Ainda bem que, para justificar-me, tenho várias atitudes anteriormente tomadas nesta Casa em defesa da melhoria de nossa produção, na campanha de cafés finos. Esou, apenas, argumentando com o que acontece na África que, produtora de maus cafés, está vendendo a safra integralmente, pela falta de paladar do consumidor, somente porque o preço é baixo. A ginástica do africano — vamos assim dizer — é fácil de se compreender; é que esse mau café é misturado com o bom. Na Itália, chega-se, até, ao capricho de misturar uma pitadinha de cacau, dando ao café sabor todo especial.

O Sr. Lima Teixeira — O que agrada muito, sobretudo à Bahia. (Risos)

O SR. LINO DE MATTOS — Assim, Sr. Presidente, nossas autoridades estão bem alertadas, não por nós do Congresso Nacional, porque essas pessoas quando galgam os postos da administração pública ficam endusadas; julgam-se onipotentes, oniscientes e não têm tempo para ler o Diário do Congresso Nacional, a fim de tomarem conhecimento dos nossos trabalhos. Certo é, porém, que essas autoridades estão sendo assediadas por forte movimentação da opinião pública, para conduzi-las ao bom caminho.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — O melhor tipo de café que temos é o Santos, tipo 4, que ainda não se iguala ao colombiano; sua cotação é mais baixa. Numa recepção em Nova Iorque, ouvi comentário significativo. Servia-se café brasileiro, e um norte-americano ponderou: — "Não se deve esquecer que esse café está misturado

com o colombiano". — Quis dizer que o café era bom porque estava misturado com o colombiano... Devemos lutar pela seleção do tipo de café fino, para concorrer no mercado com os melhores cafés.

O SR. LINO DE MATTOS — Se V. Ex.^a estivesse presente, no início do meu discurso, teria notado que uma das razões, por mim atribuídas à atual crise, reside no problema, imposto pelo nosso Regulamento de Embargos, devido à facilidade na classificação dos cafés preferenciais, que faz com que os portos exportadores recebam enorme quantidade de cafés, chamados finos.

Enquanto isso aconteceu pelo volume enorme desses cafés, o outro, o comum — vamos dizer, o ruim, — ficou retido no interior do País. O fato verificou-se exatamente na época em que a Colômbia entrou magicamente com seu café bom e os norte-americanos queriam o nosso produto comum, para a mistura mencionada por V. Ex.^a

O Sr. Lima Teixeira — Exatamente.

O SR. LINO DE MATTOS — Os norte-americanos, entretanto, não encontraram, em nossa praça, o café comum, mas o fino, mais ou menos em igualdade de cotação com o colombiano. Houve o recuo, vindo a África, de corpo presente, tomar nosso lugar. Esta, a situação real, para a qual devemos estar atentos.

O Sr. Lima Teixeira — Considera V. Ex.^a certa a orientação seguida pelo Instituto Brasileiro de Café, com a valorização artificial do preço do café? Qual a opinião do nobre colega e dos produtores paulistas?

O SR. LINO DE MATTOS — No início de meu trabalho, acentuei bem minha posição, decorrente de atitude anterior, iniciada no dia 15 de fevereiro de 1955 dias depois de minha posse nesta Casa do Congresso, e favorável à política de sustentação de preços...

O Sr. Lima Teixeira — Está certo.

O SR. LINO DE MATTOS — ...dentro, porém, de plano previamente estudado e acertado com os países concorrentes, para uma política objetiva, intransigente, dura, a fim de lograrmos êxito. Não é o que se verifica no momento. O Instituto Brasileiro do Café cuidou da sustentação de preços sem as providências correlatas indispensáveis. Resultado: ficou no deserto, falando sozinho.

O Sr. Lima Teixeira — E como solucionar V. Ex.^a o acúmulo dos excedentes, que cresce dia a dia?

O SR. LINO DE MATTOS — Eminente Senador Lima Teixeira, a sustentação de preços, dentro de um esquema internacional com nossos concorrentes implicava numa série de providências, entre estas, inevitavelmente, a preventiva, para evitar a superprodução.

Não passa pela cabeça de ninguém que a tenha no devido lugar, que possa o Governo estabelecer preços mínimos para um produto e deixar o produtor plantando à vontade.

O preço mínimo é para salvar a situação e regularizar a produção em excesso e não para incentivar a nova plantação.

O Sr. Gomes de Oliveira — Não é para estimular a nova produção. E' o que se faz em toda parte do mundo.

Nos Estados Unidos da América do Norte, o preço mínimo é estabelecido para os produtores que têm suas áreas especificadas num fichário adequado que a organização mantém. Se os favorecidos pelo preço mínimo aumentarem essa área, de um metro quadrado que seja, perdem a prerrogativa, a regalia do preço mínimo, ficando à sorte da lei da oferta e da procura. Esta a orientação consensual com o problema e com a necessidade dele.

Infelizmente o Instituto Brasileiro do Café correu ao México e lá fez um acordo, de pés quebrados, voltou para o Brasil, reuniu os representan-

tes das várias nações, inclusive o representante norte-americano Sr. Randall, que compareceu, e manifestou-se contra a orientação de sustentar-se o preço, consumidor que era, mas isto se fez e o preço mínimo foi estabelecido. Não discuto porque não sou contra o preço mínimo. Acho-o indispensável, mas refreada a nova produção.

Nestas condições, estão implícitas na sustentação do preço as providências correlatas e necessárias ao prosseguimento da política, porque, se continuarmos no rumo em que vamos, no próximo ano, se a memória não me traí, a superprodução será da ordem de vinte e três milhões de sacas, eminente Senador Othon Mäder.

O Sr. Othon Mäder — Vinta e três ou mais.

O SR. LINO DE MATTOS — Em 1960, 1961 e 1962, marcharemos para uma superprodução de vinte e seis, vinte e oito ou trinta milhões de sacas. Evidentemente, isso não acontecerá, porque o estouro seria inevitável. O Governo sustenta preço mínimo com emissões. Para a sustentação do atual preço mínimo, em um ano apenas emitiu treze bilhões de cruzeiros, o que representa 13%, aproximadamente, da circulação monetária do Brasil. Nesta ordem ascendente, chegaremos ao momento em que o Governo, para manter o preço mínimo, emitirá cem bilhões de cruzeiros, intoxicando o mercado monetário brasileiro, arrebatando com tudo. Assim não pode continuar, na minha opinião.

O Sr. Lima Teixeira — Eu concordaria com o ponto de vista de Vossa Excelência se, porventura, o impedimento que seria estabelecido para os plantadores de café fosse estendido a todos os produtores participantes do Convênio. V. Ex.^a não se deve esquecer de que, há dez ou quinze anos, exportávamos 75% da produção mundial; hoje está reduzida essa exportação a 38%. Se seguíssemos o caminho de reduzir ainda mais a produção, onde iríamos parar?

O SR. LINO DE MATTOS — Não se trata de reduzir a produção. Vossa Excelência não compreendeu bem. São duas providências distintas: o preço mínimo, para atender aqueles que já produzem; os plantadores a posteriori, são deixados à própria sorte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluir um discurso é verdadeiramente uma arte. Começar é fácil; no encerrar está a dificuldade. Exatamente porque tenho essa experiência, escrevi o meu modesto trabalho...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Considero-o magistral.

O SR. LINO DE MATTOS — ...cuja leitura fiz em quinze minutos, se tanto. Acontece, porém, que os eminentes colegas, a começar pelo Senador Othon Mäder, me honraram com seus apertes de minuto em minuto, prendendo-me à tribuna mais de uma hora.

Encerrarei, terminando a leitura dos mais comentários do "Diário de Notícias", que, conforme disse de início, são menos um trabalho desse vibrante jornal que uma síntese da opinião da imprensa brasileira, a qual, por sua vez, interpreta com fidelidade o pensamento dos lavradores, exportadores e consumidores, enfim, a opinião pública.

El-os:

"SAÍDA PARA O CAFÉ"

A quem interessa a política de sustentação dos preços do produto brasileiro no mercado internacional? Em primeiro lugar ao Ministro da Fazenda, de cujo sucesso ou fracasso na gestão do Tesouro depende a sua carreira política que visa nos próximos tempos ao palácio da Liberdade; em segundo lugar interessa, obviamente, ao Sr. Juscelino Kubitschek que deposita no seu plano

de metas a esperança de uma eventual eleiçãozinha indireta que lhe assegure um outro quinquênio nas bonjuras de Brasília.

Ora si sabemos que o plano de metas está condicionado à integralização de dois bilhões de dólares, 1 bilhão e 200 mil, saldo de operações em moeda forte, e 800 milhões financiados no estrangeiro e mais 300 bilhões de cruzeiros, temos que é absolutamente vital à política do governo, a atual sustentação de preços sem o que seria a decadência da nossa receita em cambiais e o agravamento dos "deficits" orçamentários por força da pressão inflacionária para atender ao financiamento de safras à custa de emissões de papel-moeda.

O exercício de 1957 já apresentou um "deficit" de 22,8% na exportação de café em relação a 1956, e os dois primeiros meses deste ano apresentaram um resultado igual à metade da exportação de janeiro e fevereiro de 1957.

Como se vê, a situação é angustiante. Em primeiro lugar a atual política cafeeira interessa à indústria nacional, aqui vamos encontrar o principal ponto de contato com a posição adotada pelo "Diário de Notícias". A indústria nacional já se encontra em regime de emergência. A prolongada política de restrição de crédito para as atividades produtivas, a crescente carga tributária, os ônus de mão de obra e seu cortejo de gravames da previdência social, o baixo índice de produtividade em razão da obsolescência de equipamento, se somam à instabilidade crônica do cruzeiro para as importações de matérias-primas e de material de reposição, para remessa de lucros no caso de empresas de capital associado, para liquidação de "royalties" de patentes estrangeiras.

Por tudo isto é fundamental à indústria a manutenção dos atuais índices de cotação do café-ouro. Seja pela repercussão direta como relacionamos, seja pela perturbação do mercado consumidor interno.

Em quarto lugar entre os interessados e beneficiários da política de 55 centos a libra-peso, figuram os produtores africanos do café e da "robusta", os cafeicultores indonésios, "parvenus" do mercado mundial graças à incúria brasileira e à insensatez tradicional do Ministério da Fazenda que enquanto estimulava a super-produção e alimentava as culturas tecnicamente marginais com financiamentos maciços, sustentava no mercado internacional uma cotação extravagante que no período Osvaldo Aranha chegou ao delírio de 87 centos para gaudío dos especuladores.

Ao longo deste meio século assistimos a participação do Brasil no mercado mundial decair de 95% do cômputo geral nos idos de 1900 para uma cota de apenas 40% do volume atual de compras. A diferença entre os dois índices foi coberta pelas novas culturas das diversas zonas sub-tropicais do mundo em regime de trabalho colonial amplamente protegido pelas metrópoles, determinando uma cotação internacional extremamente acessível e gerando as diversas misturas de tipos e preços disparees por isto que resultando no barateamento de bebida dos grandes centros consumidores, sem prejuízo das qualidades aromáticas e do sabor.

Entretanto, se é verdade que os preços altos estimulariam a concorrência, é também verda-

deiro que foi esta política que assegurou a rápida capitalização do Brasil para lançar as bases do ciclo industrial.

Assim o que seria um erro em termos de estrita política cafeeira resultaria em benefício da renda nacional pela implantação de novas fontes de produção.

Em quinto lugar, entre os defensores da política vigente estão os produtores de São Paulo Minas e Espírito Santo, de zonas notoriamente condenadas para o cultivo da rubiacea.

Com o regime de financiamento certo e comprador compulsório, instituído pelo IBC, estes lavradores permanecem dedicados ao café em regime de produção tecnicamente superado sem condições de solo sem requisitos da moderna lavoura, como a concentração de tipos homogêneos, o sombreamento, curvas de níveis, estaqueamento do solo para conter a erosão enfim, sem um mínimo de títulos para merecer o apoio e o subsídio das autoridades cafeeiras.

Estas são as culturas marginais que absorvem somas vultosas das nossas reservas engurgitando a produção nacional com um rendimento de 20 arrobas por mil pés contra 90 a 150 arrobas das novas culturas do Paraná, o que sobreleva ressaltar o crime da orientação governamental que persiste a estimular estes espectros da lavoura.

Conhecidos os diversos grupos de opinião favoráveis à sustentação dos preços do café, focalizemos os núcleos baixistas.

De um lado os tradicionais especuladores, que sempre viram no café, meros contratos, que na alta ou na baixa como ponto e banca de cassino lhes corresponderiam aos lances ou não.

Este grupo, por mais poderoso, ainda que estivesse aninhado nas ante-salas do Sr. Alkimim, não mereceria no momento o nosso cuidado.

E' para a situação geral do país extremamente agravada pelo café que é o sangue da nação, que nos voltamos e, conosco o segundo grupo de baixistas que por defeitos de visão mas sinceramente, empenhados em encontrar a solução patriótica, vêm na quebra das cotações do café-ouro o estancamento, da sangria emissionista e o esgotamento dos estoques. Aos primeiros que se arranjem. Se se confirmar que adquiriram na Bolsa de Nova York uma posição de 590.000 sacas para liquidação na baixa, deverão ser muito desagradavelmente surpreendidos se não falhar ao governo perseverança nas suas decisões.

Aos baixistas de boa-fé advertimos para o fato de que os mercados não reagem na baixa e qualquer tentativa neste sentido seria ruínosa. Colocado o problema nos termos de uma política corajosa, não necessariamente dentro da fórmula defendida domingo último por este jornal, e a qual voltaremos na próxima edição, mas resguardando as suas principais linhas de ação, teremos encontrado o ponto de equilíbrio do mercado sem lançar mão de soluções heróicas que dada a fragilidade do organismo político e financeiro do país só poderiam agravar as suas já penosas condições.

Com a massa de manobra de estoques em poder do IBC não é de se esperar que a Fedecame ou a Federação de Cafetaleros se animem a uma guerra de preços, mormente quando a si-

tuação interna da Colômbia, por exemplo, é altamente delicada, após um decênio de regime disciplinar e marchas e contramarchas no mercado de câmbio e da exportação. Os nossos amigos colombianos são realistas. No plano exterior já foram tentadas com sucesso, em outros tempos, providências regularizadoras do mercado, seja pelas compras em grande escala para prover as forças armadas dos EE. UU., seja no Stock Exchange com medidas protecionistas no mercado de café e açúcar. Se é verdade que aos Estados Unidos na condição de aliado maior do Continente cumpria assegurar taxas remuneradoras à produção primária latino-americana, porque somos o maior cliente dos produtos acabados americanos, também é verdade que Washington está a braços com uma crise de mercado no seu país, pela redução da taxa do produto nacional pelo acúmulo dos excedentes agrícolas e o desemprego; razão porque seria tarefa ingrata aos dirigentes proteger importações em detrimento do consumidor local, eleitor da Câmara de Representantes em suma.

A grande solução, entretanto, está ao nosso alcance, depende da ação e da decisão dos homens de governo. Os estoques americanos estão na casa de um milhão de sacas contra um existente em todos os tempos de quatro milhões de sacas.

Em 60 dias os torreadores terão que apelar para o seu grande celeiro. O Sr. Alkimim pode se dispor a pensar da manobrazinha primária, queril e inocua de mandar seus discípulos comprar café, em Nova York.

Dedique-se a uma política maiscula e mais adiante conte direito à nação a história das suas habilidades de bolsa e com que recursos seus pupilos acharam de fazer cara feia a Downtown...

"SOLUÇÃO OBJETIVA"

As manifestações de apoio recebidas pelo "Diário de Notícias", no seu propósito de encontrar uma solução para as dificuldades da economia cafeeira, evidenciam a vigilância das classes interessadas E' digno de registro, principalmente, a atitude dos lavradores, que deverão arcar com os ônus de um planejamento destinado a eliminar os excessos da oferta no mercado cafeeiro. O plano que nos propuzemos a defender, sem lhe atribuir nenhuma inflexibilidade, pois se trata apenas de um ponto de partida, de uma hipótese de trabalho, foi somente esboçado em nosso editorial de domingo. A ele prometemos voltar, ontem, quando novamente examinamos outros aspectos da economia cafeeira no editorial subordinado ao título "Saída para o café", para honra do "Diário de Notícias", transcrito nos anais do Congresso Nacional.

E' o que fazemos hoje, a fim de que os interessados e a própria opinião pública tenham conhecimento e possam avaliar a sua consistência, apontando-lhe, ao mesmo tempo, os méritos e as possíveis falhas. Nosso convite é dirigido, notadamente, aos res-

ponsáveis pela política cafeeira, tanto os que estão à frente do órgão executor, o IBC, quanto os membros da Junta Administrativa do IBC, a quem cabe delinear essa política.

Dirigimo-nos aos diretores do IBC porque a eles compete tomar as medidas imediatas que a situação requer. O grande obstáculo, no momento, à plena execução do plano cafeeiro é a atitude da Colômbia, pela qual se orientam os demais produtores latino-americanos, com excesso do Brasil. Repetimos que o acordo do México não terá sentido algum enquanto a Colômbia não restabelecer o diferencial que sempre existiu entre os seus cafés "milds" e o Santos 4. Cabe ao IBC, cujo presidente foi o signatário do referido acordo, fazer as gestões necessárias nesse sentido. Evidentemente, o sr. Guzzo, mal sucedido recentemente, não é o mais indicado para nova gestão.

Outro problema a ser resolvido com urgência é a retirada dos estoques do governo nos portos, os quais estão impedindo a boa comercialização dos cafés pertencentes aos particulares.

Dirigimo-nos igualmente, à Junta Administrativa porque a ela caberá, no mês próximo, quando se reunir integrada pelos membros recentemente eleitos, decidir sobre a política a ser adotada na próxima safra. O plano em vigor está a exigir modificações diante das perspectivas de uma safra extremamente abundante no ano agrícola 1958-59.

O problema da próxima safra é o que devemos expor com maiores detalhes, dando os pormenores das sugestões feitas anteriormente e justificando o plano preconizado.

O vulto da próxima safra, 23 milhões de sacas—levando-se em conta, também, os remanescentes da atual, cuja imobilização já se fez, em parte, com a aquisição de 4 milhões de sacas pelo IBC, estimando-se em 5 milhões os estoques necessários à comercialização nos portos—está, por isso, a exigir uma solução que permita colocar nos mercados, interno ou externo, a sua totalidade.

Alvitamos, por isso, a criação de uma cota de expurgo, a fim de impedir a utilização de cafés de qualidade muito baixa, melhorando assim a qualidade do produto para o consumo interno. Essa cota seria da ordem de 10% do total da safra, isto é, cerca de 2 milhões e 300 mil sacas.

A segunda sugestão para se obter o escoamento total da safra seria o estabelecimento de uma cota destinada ao consumo interno, na base de 25% da safra, o que somaria 5 milhões e 750 mil sacas, a se-

rem vendidas a preços acessíveis, fator que, conjugado com a melhoria de qualidade, permitiria a expansão do consumo. Aliás, a estimativa acima, para o consumo interno, não é exagerada, pois daria a média de 6 quilos por habitante, superada por vários países.

Os cafés destinados ao consumo interno poderiam ser vendidos pelo lavrador a 1.500 cruzeiros por saca, o que permitiria a venda ao consumidor pelo preço de 44 cruzeiros por quilo, dando boa margem de lucro ao torrador. Esse preço é bastante inferior ao que se cobra atualmente, por cafés de péssima qualidade.

As duas colas mencionadas equivaleriam a 35% dos cafés da safra. Os 65% restantes corresponderiam a 14 milhões e 950 mil sacas, exportação de um ano normal no Brasil.

Seria de temer uma reação contrária ao lavrador, porém tal não deverá ocorrer, como o provam as manifestações de apoio já recebidas, pois a alternativa seria uma cola de sacrifício, nada recebendo o lavrador pelo seu produto.

Inversamente, mesmo que a cola de exportação fosse uma cola de sacrifício — na verdade é uma medida moralizadora — a entrega do café para o consumo interno, ao preço já mencionado, e o estabelecimento de bases remuneradoras para o café de exportação daria uma renda média equivalente à atual. Para isso, bastaria estabelecer, por exemplo, os seguintes preços no interior: Santos 4, mole, 3.300 cruzeiros por saca; Santos 4, duro, 3.000 cruzeiros; Rio, estilo Santos 4, 2.700 cruzeiros; Rio 7, 1.700 cruzeiros.

O café de cola de exportação poderia ser transformado em excelente adubo, que seria vendido aos lavradores a preço de custo.

A exposição acima feita do plano preconizado pelo "Diário de Notícias" já contém elementos suficientes para que os interessados se pronunciem a respeito. Aguardemos, pois, a manifestação de seus pontos de vista para voltarmos ao assunto, encaminhados como estamos em chegar a uma solução objetiva para as dificuldades da economia cafeeira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem, Muito bem, Palmas)

Durante o discurso do Sr. Lino de Mattos, o Sr. Cunha Mello deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Apolônio Salles, ressumindo-a posteriormente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. OTHON MÄDER:

(Para explicação pessoal) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presi-

dente, venho tratar, agora, ligeiramente, de assunto concernente ao Estado de São Paulo. Quero, por esse motivo, pedir desculpas aos colegas representantes daquela unidade da Federação, especialmente ao ilustre Senador Lino de Mattos, aqui presente. O fato de os armadores de Santos se terem dirigido a mim atribui-o a haver eu, há pouco tempo, pronunciado discurso sobre a Marinha Mercante Brasileira, criticando a orientação oficial e defendendo as empresas privadas, que a meu ver servem melhor o Brasil que as companhias mistas ou de propriedade do governo.

Talvez essa tenha sido a causa de haverem-me endereçado os os telegramas que lerei e transmitirei à Comissão de Marinha Mercante e ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

O primeiro deles comunica:

"Santos 224.1-50.7 11.30AM — Excelentíssimo Senhor Doutor Othon Mäder, Digníssimo Senador da República? Senado Federal — Palácio Monroe — Rio de Janeiro — 4-58 — Rogamos as dignas e patrióticas providências de V. Ex.ª sobre a permissão de navios estrangeiros operarem em âmbito privado da cabotagem nacional. Nesse sentido assina telegramas para a presidência da Comissão de Marinha Mercante e do Sindicato de Armadores Nacionais: 'Mercantia para presidência 2-58 — A Associação dos Armadores de São Paulo vem à presença de V. Ex.ª, data vinda para protestar contra a permissão de navios estrangeiros operarem no âmbito privado da cabotagem nacional. Nossos navios dos portos do sul ficarão em calamitosa situação diante desse prejuízo. A safra de trigo já está escoada sem possibilidades futuras para posterior carregamento, bem como gêneros e carga geral. A escassez da carga já é considerável, não permitindo sua futura circulação com a concorrência de unidades estrangeiras. A efetivação dessa medida, virá lesar profundamente os respeitáveis interesses econômicos dos armadores nacionais. Tem como terá consequências desastrosas para a navegação mercante nacional. Os armadores já se encontram cercados de gigantescos gastos, e prejuízos, sendo que a esgotagem por estrangeiros virá agravar terrivelmente ainda mais o deficitário regime de nossas empresas de navegação. Certos de suas dignas providências, reiteramos os protestos da nossa mais profunda consideração. Abelardo Castro, Presidente. Endereço telegráfico: Armador Santos".

No dia 14 recebi outro telegrama, com o seguinte texto:

Excelentíssimo Senhor Doutor Othon Mäder.

Digníssimo Senador da República.

Senador Federal — Palácio Monroe — Rio.

8-58 — Rogamos a judiciosa atenção de V. Ex.ª sobre o telegrama que em resposta a Mercantia, enviamos a esta e ao Sindicato Nacional dos Armadores: "Em resposta ao vosso n.º 704, muito lhe agradecemos. Pedimos vossa para ponderar o seguinte: os gêneros que constituem, atualmente, a única carga nos portos do Sul são arroz e trigo, há mais de 50 dias. Nos quatro meses seguintes não apresentarão carga, daí a grave concorrência que os armadores nacionais sofrerão dos estrangeiros. Respeitosamente, sugerimos que os navios estrangeiros operem nos portos do Norte. Convm reafirmar que as unidades estrangeiras navegam com radiante tranquilidade, o com-

bustível é suprido no estrangeiro com um terço do valor do combustível nacional e oferecido ao mercado internacional, com recursos próprios à sua disposição, como estaleiros, peças genuínas, operações portuárias, custeio e docagem mais rápida e barata. Dado o atual estado deficitário da nossa navegação, com vultosas despesas em navios, combustíveis, peças, custeio e tripulantes é que rogamos maior proteção à nossa navegação. Saudações respeitadas. — Abelardo Castro, Presidente da Associação dos Armadores de São Paulo". Atenciosamente — Armando Santos.

O SR. PRESIDENTE:

Sr. Presidente, apelo os armadores de Santos para a Comissão da Marinha Mercante e para o Sr. Ministro da Viação no sentido de que seja suspensa a ordem para que os navios estrangeiros façam, também, o serviço de cabotagem. Este, aliás, e exclusividade das empresas nacionais de navegação e, excepcionalmente sob a alegação de falta de transporte marítimo, vem sendo tolerado aos navios estrangeiros.

Sr. Presidente, temos aqui a afirmação do Sindicato dos Armadores de Santos de que os navios nacionais para o sul podem, perfeitamente, transportar qualquer volume, não havendo, pois, razão para que as autoridades brasileiras continuem concedendo tal autorização aos navios estrangeiros, numa concorrência desigual pela situação de inferioridade técnica e financeira da nossa marinha mercante particular.

Sr. Presidente, é justo que se dê preferência, aliás, constitucional, aos armadores nacionais. Na realidade, sujeitos às leis sociais que oneram demais o transporte, além do preço exorbitante de combustível e das tripulações numerosas que são obrigados a manter, não podem oferecer serviços em moldes mais vantajosos que os dos armadores estrangeiros. É o que vem impressionando as autoridades, e acham todos que é melhor autorizar os navios estrangeiros a operar em transporte costeiro, navegação nacional, precária, insuficiente, e deficitária, desta maneira desaparecendo completamente. Nosso dever é de amparar esse serviço, tornando-o barato o que se conseguirá diminuindo os ônus sobre a navegação nacional, asseverada com tantas entraves burocráticas obrigações, contribuições sociais e impostos. Nestas condições, a cabotagem nacional levada a cobrar fretes altos, e os armadores brasileiros, homens de coragem de lutas empreendedores e colaboradores do nosso desenvolvimento, recebem a pcha de "tubarões" por estarem cobrando um frete mais caro que os navios estrangeiros. É uma injustiça que conte contra os armadores nacionais. Se o Governo lhes der mais facilidade, aliviar os impostos, desobrigá-los de tantos encargos pesados e taxas elevadas, eles darão serviço igual aos estrangeiros e pelo mesmo preço destes.

Sr. Presidente, a razão, como demonstrei há pouco, é que a navegação nacional está sobrecarregada de ônus, de encargos fiscais e sociais, pesadíssimos. Daí ser ela obrigada a cobrar fretes mais altos do que a estrangeira.

É de justiça, portanto, atender-se ao apelo dos armadores nacionais, especialmente ao que nos vem de Santos.

Se ajudarmos a navegação nacional de modo a que afluir lucro em suas atividades, esses recursos serão necessariamente investidos no melhoramento dos navios no melhor aumento dos serviços e na ampliação da frota, o que reverterá em benefício da Nação.

Se somos nacionalistas; se queremos proteger o que é nosso, comecemos por auxiliar ou pelo menos não criarmos entraves à navegação nacional, que tem, aliás, proteção assegurada pela Constituição Federal.

Recebendo com simpatia o apelo recebido dos armadores de Santos transmito-o à Comissão da Marinha Mercante e ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, certo de sua absoluta precedência e de sua inteira justiça.

Este repito o apelo que dirijo à Comissão da Marinha Mercante e ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, para que suspendam as autorizações dadas a empresas estrangeiras para executarem o serviço de cabotagem na parte Sul do Brasil. (Muito bem, Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. VICTORINO FREIRE:

Tem a palavra o nobre Senador. (Para explicação pessoal) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, os Anais da Casa registram, nos últimos dias, discursos de eminentes Senadores Ruy Carneiro e Octacílio Jurana, sobre a seca que atinge todo o Nordeste, nesta hora.

Recebi telegrama do Dr. Severiano Freire, Presidente da Câmara Municipal de Arco-Verde, solicitando juntasse minha voz à dos ilustres colegas, obras contra as secas como para o socorro às populações atingidas pelo flagelo.

Sr. Presidente, ontem vários Governadores do Nordeste e do Norte, inclusive o do Maranhão, e a Bandeira do meu Estado compareceram à audiência especial concedida pelo Chefe do Executivo. Declarou-nos S. Ex.ª, categoricamente, estarem sendo tomadas providências para amparar aquela gente.

O Maranhão, Sr. Presidente, não sofre o efeito das secas ao contrário, tem água demais, verdadeiras enchentes — mas suporta essas horas, a invasão dos nordestinos, que castigados pela calamidade, procuram refúgio nos vales úmidos da minha terra.

Aqui, formulo também, apelo ao Sr. Presidente da República, para que Consiga do Sr. Ministro da Agricultura providências imediatas a fim de que funcionários e técnicos auxiliem o Governo do Estado na localização das vítimas do flagelo.

Este, o apelo que desejava fazer, não só como nordestino mas, como Senador pelo Estado do Maranhão.

(Muito bem)

O SR. VICTORINO FREIRE:

Sobre a mesa um Projeto de Resolução, que vai ser lido.

E lido e vai à Comissão de Constituição e Justiça o seguinte:

Projeto de Resolução n. 4, de 1958

Dispõe sobre os comemorações do Dia da Bandeira.

O Senado Federal resolve: Artigo único. O Senado Federal comemorará, anualmente, a 19 de novembro, o "Dia da Bandeira" com os seguintes atos:

1.º As doze horas, com a presença dos Senadores e funcionários, será solenemente hasteado o Pavilhão Nacional, em lugar condigno.

2.º Na primeira parte do expediente da sessão que neste dia se realizar, só poderão fazer uso da

palavra os oradores que desejem ocupar-se da efeméride.

Justificação

O presente projeto tem por fim ajustar os objetivos da Resolução n.º 2, de 1952, a que a experiência tem indicado ser a maneira mais aconselhável de se comemorar o "Dia da Bandeira", para melhor realce das comemorações.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1958. — Filinto Muller — Mourão Vieira — João Villalobos — Mourão Vieira — João Villalobos — Kerynaldo Carvalanti — Julio Leite — Lima Guimarães — Mem de Sá — Nelson Figueira — Pádua de Mello — Ezequias da Rocha.

O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos dois requerimentos.

São lidos e aprovados os seguintes.

Requerimento n. 67, de 1958

Com fundamento no art. 124, letra c, do Regimento Interno, requeremos que não se realizem sessões do Senado, nem funcionem os seus serviços auxiliares, nos dias 31 de março a 4 de abril, consagrados às comemorações da Semana Santa.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1958. — Filinto Muller — Lima Guimarães — João Villalobos — Kerynaldo Carvalanti — Domingos Vellaco — Othon Mader — Gaspar Vellaco — Argemiro de Figueiredo — Mem de Sá — Ezequias da Rocha — Mourão Vieira — Reginaldo Fernandes — Neves da Rocha — Jorge Magalhães — Spleto Curra — Atílio Viçosa.

Requerimento n. 66, de 1958

Atendendo a que de 15 a 31 de julho do corrente ano, deverá reunir-se nesta Capital a XVII Conferência da União Interparlamentar;

Atendendo à alta significação de que esse reconhecimento se revestirá para o país;

Atendendo à relevância dos assuntos que se vão debater;

Atendendo a que o Congresso brasileiro, filiado à União Interparlamentar tem o dever de prestigiar a Conferência e reconhecer para que os seus trabalhos alcancem o desejado êxito;

Atendendo, ainda, à conveniência de se proporcionar aos membros do Senado Federal contato com os parlamentares de todos os continentes que virão participar da Conferência;

Requeremos, com fundamento no art. 124, letra c, do Regimento Interno e a exemplo do que já foi deliberado pela Câmara, que

a) o Senado não realize sessões nos dias 15 a 31 de julho deste ano;

b) o Plenário desta Casa seja franqueado às autoridades estrangeiras e às reuniões do Conselho da União Interparlamentar;

c) igual providência se tome relativamente a outras salas que se tornem necessárias ao funciona-

mento dos órgãos auxiliares da Conferência;

d) a Comissão Diretora designe os funcionários cuja colaboração aos trabalhos da Conferência seja considerada necessária, dispensando os demais do comparecimento ao serviço.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1958. — Domingos Vellaco — Ray Palmeira — Atílio Viçosa — Filinto Muller — Ray Carneiro — Gilberto Marinho — Norberto Filho — Nelson Figueira — Othon Mader — Cunha Mello — Spleto Curra — Mem de Sá — Ary Vianna — Ezequias da Rocha — Flávio Cabral — Artur de Azevedo.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido.

É lida e aprovada a Lei das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, a seguinte:

Projeto de Lei do Senado N.º 4, de 1958

Dá interpretação ao Art. 7.º da Lei n.º 2.095 de 16 de Novembro de 1953, estendendo os benefícios da citada lei aos lavradores de café não financiados pelo Banco do Brasil, atingidos pelas geadas de 1953 e 1955.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º Os benefícios do Art. 7.º da Lei n.º 2.095 de 16 de Novembro de 1953, anulados pela Lei n.º 2.697 de 27 de Dezembro de 1955, e demais disposições legais correlatas posteriores, são extensivos aos lavradores de café cujas lavouras foram atingidas e danificadas pelas geadas de 1953 e 1955, não financiados pelo Banco do Brasil, assim por qualquer outro estabelecimento de crédito ou pessoa jurídica, ou física, privado. Esse financiamento por documentos válidos e idôneos.

Parágrafo único. Estão compreendidos nos favores deste artigo, os cafeicultores que estavam sendo executadas pelos seus credores hipotecários, ou pignoratícios, e cujas execuções tenham recebido sobre a propriedade agrícola ou o seu produto dadas em garantia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Trata-se de corrigir uma falha da lei 2.095, de 1953, a qual está acarretando uma clamorosa injustiça contra os lavradores de café que tiveram suas lavouras prejudicadas pelas geadas de 1953 e 1955 e não obtiveram financiamento pelo Banco do Brasil. Não cabe seguindo o financiamento pelo Banco, oficial da Nação, por motivos vários, entre outros, certas exigências impossíveis ou difíceis de cumprir, grande número de fazendeiros e silantes de café atingidos por aquelas catástrofes, recorrem ao crédito de bancos outros, inclusive particulares ou a firmas e pessoas de suas relações, para obtenção de empréstimos para a recuperação de suas lavouras.

Estes cafeicultores, em situação perfeitamente idêntica aos demais que foram financiados pelo Banco do Brasil, não estão sendo beneficiados pelo Art. 7.º da Lei 2.095 de 1953. Alegam as autoridades judiciárias que a referida lei menciona expressamente o Banco do Brasil e nestas condições, só os que tiveram a facilidade de conseguir empréstimo do Banco do Brasil, é que podem gozar da dilatação de prazo estatuída na referida lei. Essa interpretação restritiva decorre de uma falha evidente da lei, pois não é crível que uma lei aquilhões uns e não todos de uma mesma classe e dentro das mesmas condições.

É uma discriminação injusta, constituindo um privilégio odioso, quando o espírito do legislador foi o de amparar todas aquelas que tivessem sido suas lavouras de café danificadas pelas geadas.

Os credores dos cafeicultores, não financiados pelo Banco do Brasil, estão executando os seus financiados devedores e muitos destes já perderam ou vão perder suas propriedades agrícolas por não terem pago suas dívidas, contraídas para a recuperação de suas lavouras de café, atingidas pelas geadas de 1953 e 1955. Enquanto isso, os financiados pelo Banco do Brasil não são executados e gozam do direito de prorrogação dos prazos de suas dívidas. É sem dúvida um tratamento desigual e injusto a membros de uma mesma classe e de uma mesma atividade econômica. É, pois, de justiça que se corrija tal desigualdade.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1958. — Othon Mader, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei n.º 2.697 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1955

Prorroga para 31 de outubro o art. 5.º da Lei n.º 2.095, de 16 de Novembro de 1953 (Dispõe sobre o Financiamento da Lavoura do Café e estende seus benefícios aos cafeicultores cujas lavouras foram prejudicadas em sua produtividade econômica pelas geadas recentemente ocorridas).

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O prazo a que se refere o art. da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, fica prorrogado para 31 de outubro de 1959.

Art. 2.º São incluídos entre os beneficiários dos financiamentos previstos na mesma lei os cafeicultores cujas lavouras, situadas nas regiões dos Estados produtores atingidos pelas geadas ocorridas em julho e agosto de 1955, tenham sido prejudicadas em sua produtividade ou formação de modo a que o respectivo custo não se enquadre nas disposições do Regulamento da Carteira de Crédito Agri-

cola e Industrial do Banco do Brasil S. A.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica também aos casos de prejuízos que não se estendam a mais de um período agrícola e os produtores já assistidos, nos termos da lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, ou que tenham expressamente renunciado aos seus benefícios antes da promulgação desta lei.

Art. 3.º Nos empréstimos a que se refere esta lei deverá ser incluída uma verba destinada à manutenção dos empreiteiros ou formadores de lavouras atingidas pelas geadas, durante o período de restauração dos cafeeiros, até o máximo de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Para gozar dos benefícios desta lei, os lavradores prejudicados pelas geadas deverão apresentar, nas escrituras de financiamento, sob pena de este não ser concedido, a obrigação de manter os contratos de formação de lavoura atualmente existentes e, ainda, de destinar aos empreiteiros a verba prevista neste artigo.

Art. 4.º Em casos excepcionais, devidamente justificados, e sempre mediante solicitação ou informação do Instituto Brasileiro do Café e Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., poderá deferir os empréstimos de que trata esta lei, antes do período agrícola a iniciar-se a 1.º de novembro de 1955.

Parágrafo único. Os financiamentos concedidos após a ocorrência das geadas de 1955, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., em caráter de emergência e para os mesmos fins aqui previstos, até Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), cada um, a pequenos e médios produtores, cuja colheita, na safra que findou, tenha sido nula ou insuficiente para atender ao custo dos trabalhos culturais, no período agrícola 1955-56, das lavouras atingidas, serão considerados como antecipação das disposições deste diploma, mediante a inclusão dos saldos devedores que apresentarem após a promulgação desta lei, nos primeiros orçamentos e custos relativos aos financiamentos especiais deferíveis aos mesmos mutuários, nas condições contidas na presente lei.

Art. 5.º O prazo das operações será de 1 (um) ano, sucessivamente prorrogável por igual tempo, até a recuperação da produtividade dos cafeeiros, desde que, entretanto, não ultrapasse o período fixado pelo art. 1.º

§ 1.º O prazo inicial poderá ser superior ou inferior a 1 (um) ano, para coincidirem os períodos contratuais com os dos trabalhos agrícolas.

§ 2.º Em cada prorrogação do prazo se vinculará ao contrato a colheita, caso já em via de formação no curso do novo período contratual, quaisquer que tenham sido as garantias iniciadas do financiamento.

Art. 6.º As garantias serão constituídas por penhor rural, hipoteca ou fiança, conjunta ou isoladamente.

§ 1.º Dependem obrigatoriamente de hipoteca os financiamentos superiores a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), por período agrícola, e os que, de qualquer valor, o prazo, se destinem ao custo de lavouras em formação, assim consideradas aquelas até 3 (três) anos após a época das geadas verificadas em 1955.

§ 2.º Quando exigível a hipoteca esta se tornará impossível, por se acharem os imóveis, cujas lavouras foram atingidas, apenas prometidos ao bene-

ficiário ou por ele requeridos a Estado ou Municípios, admitir-se-á a garantia de outro imóvel, rural ou urbano.

§ 3. É dispensada a anuência do proprietário agrícola à constituição do penhor das colheitas de café dadas em garantias dos financiamentos inclusive as formadas em terrenos devolutos, desde que o respectivo ocupante tenha, pelo menos, apresentado requerimento já deferido, de discriminação em seu favor de área ocupada.

§ 4.º A constituição da garantia pela forma prevista no § 1.º deste artigo será facultada aos beneficiários de Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, observadas as mais condições nela estipuladas e não expressamente alteradas.

Art. 7.º Quaisquer que sejam as garantias oferecidas, os lavradores beneficiados destinarão integralmente ao Banco, para venda e pagamento da dívida, o café colhido nos imóveis atingidos.

Art. 8.º Fica prorrogado para 31 de outubro de 1959 o prazo de que trata o art. 7.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, exceto quanto aos cafeicultores cujas lavouras não foram atingidas pelas novas geadas de 1955, que terão o aludido prazo prorrogado, apenas, para 31 de outubro de 1957.

Parágrafo único. Cessário, de pleno direito, os efeitos da moratória assegurada pelo art. 7.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, desde que o cafeicultor renuncie expressamente aos favores daquele diploma legal ou aos da presente lei, ou liqüide o financiamento especial, quer em virtude da recuperação de suas lavouras, quer pela obtenção de recursos outros.

Art. 9.º Considerar-se-ão em fraude de execução dos financiamentos resultantes desta lei, as alienações feitas sem prévia anuência do Banco do Brasil S. A., quer de produtos dos cafeeiros dos imóveis atingidos, embora ainda não vinculados aos contratos, quer de direito e ação dos beneficiários referentes aos aludidos imóveis, em aquisição.

Art. 10. Fica a Carteira de Redescantos do Banco do Brasil S. A. autorizada a conceder fora dos limites em vigor, aos estabelecimentos bancários, o redescanto de títulos provenientes do financiamento de recuperação e até o prazo de 1 (um) ano, prorrogável, bem assim dos títulos oriundos de promessas de venda de terras financiadas a que se refere o art. 7.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, e até o prazo previsto no art. 8.º desta lei.

Art. 11. Nas localidades onde o Banco do Brasil S. A. não dispuser de agências ou escritórios, para que o financiamento atenda o maior número possível de lavradores, poderá a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial daquele Banco delegar essas operações de crédito aos Bancos particulares existentes na região, mantidas as mesmas condições de custeio e taxa de juros usuais para esses financiamentos.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República. — Nereu Ramos. — Mário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE:

— Ainda sobre a mesa expediente, que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

OFÍCIO

Em 19 de março de 1958.

Senhor Presidente: Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal resolveu constituir a sua liderança com os seguintes nomes:

Líder — Senador Lima Guimarães. Vice-Líderes — Senadores Mourão Vieira — Saulo Ramos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — Lima Guimarães.

O SR. PRESIDENTE:

— A Mesa fica inteirada.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Requerimento n.º 65, de 1958, do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando a transcrição nos Anais de entrevista concedida pelo Embaixador Oswaldo Aranha ao Vespertino "Última Hora".

O SR. PRESIDENTE:

— Está inscrito, para discutir o requerimento, o nobre Senador Domingos Velasco, a quem cede a palavra.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, sendo a primeira vez que faço nesta Sessão Legislativa, agradeço, inicialmente, ao Senado o haver homologado a indicação do meu nome, feita pelos pequenos Partidos — Partido Social Progressista, Partido Republicano, Partido Libertador, Partido Trabalhista Nacional — para a 4.ª Secretaria.

Sou grato, especialmente, ao Partido Libertador, porque, na opinião da maioria e das componentes das pequenas bancadas, inclusive eu, caio aquela agremiação política indicar, na oportunidade, o candidato a 4.ª Secretaria. O Partido Libertador, entretanto, abriu mão daquilo que admitíamos como direito seu para que meu nome fosse indicado.

O Sr. Reginião Cavalcanti — O meu Partido não admite esse ponto de vista; já fiz notar a V. Exa. votamos com muito gosto no ilustre colega.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Por isso mesmo, afirmo que, na opinião da maioria e das componentes da bancada dos pequenos Partidos — do Partido Republicano, do Partido Trabalhista Nacional, Partido Socialista Brasileiro — a 4.ª Secretaria deveria caber ao Partido Libertador. Os nobres Senadores Novaes Filho e Mem de Sá, entretanto, tiveram a gentileza de ceder a oportunidade ao Partido Socialista Brasileiro, visto que me cabe organizar, este ano, a Quadragésima Sétima Conferência da União Interparlamentar, a realizar-se no Rio de Janeiro, de 24 a 31 de julho.

Reconheço a gentileza dos nobres colegas do Partido Libertador, entretanto,

O objetivo que me traz à tribuna, é encaminhar o requerimento de transcrição nos Anais da Casa da entrevista concedida pelo Ministro Oswaldo Aranha ao jornal "Última Hora" desta Capital, sobre vários pontos importantes da política internacional.

Talvez seja esse o documento mais claro, mais nítido, mais preciso e, sobretudo, mais certo, provindo desse homem de larga experiência internacional, que se refere às questões cru-

ciais da política mundial com absoluta justeza.

O Sr. Gomes de Oliveira — Cidadão da mais larga experiência, permita-me V. Exa. que o diga, e da maior autoridade, não só em nosso País, como na esfera internacional. Como tive recentemente oportunidade de verificar nas Nações Unidas, a atuação de Oswaldo Aranha neste organismo e o conceito de que goza S. Exa. são realmente daqueles que enobrecem nosso País e engrandecem as ações dos homens públicos.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Muito agradeço a oportuna observação de V. Exa.

O Sr. Ministro Oswaldo Aranha fere pontos fundamentais da política internacional, como sejam as referentes à justa interpretação do que é nacionalismo, a conveniência das nossas relações diplomáticas com todos os países do universo, a forma pela qual devemos encarar as nossas relações com os Estados Unidos da América do Norte e a política que deve seguir o Brasil em relação à República Popular da China.

Sr. Presidente, a definição que o Ministro Oswaldo Aranha dá sobre o que seja nacionalismo é absolutamente precisa. Diz S. Exa. o seguinte:

"De modo que o nacionalismo brasileiro é, a meu ver, como o nacionalismo que observei em quase todos os povos, uma caracterização da personalidade ou uma tomada de consciência internacional de cada país em relação a si mesmo e à sua missão no conjunto dos povos".

Sobre esta matéria tenho falado várias vezes ao Senado, para demonstrar que o nacionalismo predominaste, hoje, no mundo é um fenômeno reconhecido, analisado e aceito por homens eminentes de todos os setores da política internacional, de todos os pontos do globo.

Já tive oportunidade de informar ao Senado que a primeira pessoa com significação na política internacional que pediu atenção para o fenômeno nacionalista, o Sr. Aneurin Bevan, do Partido Trabalhista Inglês, afirmou, em 1951, que o fenômeno social mais importante do século fora, precisamente, a tomada de consciência dos povos subdesenvolvidos, que não mais queriam ser expoliados pelos mais fortes. Isso, ele o disse em famoso manifesto que, assinou juntamente com colegas de gabinete do Governo Clement Attlee, Srs. John Wilson e Yan Mikardos.

Citei palavras do Papa Pio XII, em carta endereçada a Charles Fleury, Presidente da "Semana Social" da França, em que Sua Santidade mostrava que a luta de classes havia passado do terreno interno de cada país para o mundo internacional, onde se viam os povos pobres em luta com os povos ricos.

Citei também palavras do Sr. Woodrow Tocqueville, líder do Partido Trabalhista Inglês, numa mensagem dirigida ao Partido Trabalhista Holandês, no ano passado, em que afirmava precisamente a mesma coisa.

Tenho, enfim, mostrado a opinião de homens como o Marechal Tito, Presidente da República Popular da Iugoslávia, de estadistas hindus e jornalistas de todo o mundo, para provar que o fenômeno nacionalista não foi inventado pelos tupiniquins do Senado. E' processo muito mais profundo, importante e sério.

Não tinha, contudo, trazido, ainda a esta Casa, teoria que, para nós brasileiros, tem valor maior, porque demonstra que o fenômeno, hoje objeto das preocupações de estadistas de todo o mundo, é motivo da entrevista do Embaixador Oswaldo Aranha, foi, no começo do século, em nosso País, visto ao vivo, por uma inteligência nacional.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DOMINGOS VELASCO — com prazer:

O Sr. Lima Teixeira — Li a entrevista do Embaixador Oswaldo Aranha, que consubstancia um dos traços marcantes da sua personalidade — a franqueza e a dignidade de atitudes, sobretudo, quando diz que já é tempo de deixarmos de passar por nação subdesenvolvida, de recuar manter relações diplomáticas com o resto do mundo. A franqueza com que S. Exa. se manifestou, precisamente quando oltava de uma representação na ONU, é digna dos maiores encômios. Sua entrevista merece transcrição nos Anais do Senado.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência! Não quis requerer a transcrição nos Anais dessa entrevista, sem primeiro comentá-la.

A questão do nacionalismo, Sr. Presidente, não é como pensam muitos parlapatões, que sobre ela escrevem. O fenômeno, já no começo do século, foi previsto por grande pensador brasileiro, de quem, muito após a sua morte, Humberto de Campos dizia: — "Esse grande homem, morto, é na verdade, nesta hora, o melhor general para os vivos". — Interessante é que a maior parte das previsões feitas, há cerca de quarenta anos, por esse eminente publicista brasileiro, a cuja obra dediquei na minha mocida grande parte de meus estudos, sem vem realizando. Refiro-me a Alberto Torres. Quem conhece a sua obra, sabe que foi um pregador no deserto. Enquanto os políticos de seu tempo, tinham diante dos olhos uma cortina de fumaça, ele previa os acontecimentos que se desenrolariam dezenas de anos depois — que diziam muito de perto com a situação do nosso país. No livro "O Problema Nacional Brasileiro" há um capítulo em que o nacionalismo está definido: não é esse nacionalismo que a balermice atribui aos tupiniquins de hoje, mas o nacionalismo de defesa das riquezas materiais do Brasil, contra a espoliação desordenada e injusta de outros povos.

Sr. Presidente, nenhum brasileiro de cultura pode desconhecer as obras de Alberto Torres, principalmente essa — "O Problema Nacional Brasileiro" — em que o autor, há quarenta anos já expendia conceitos atualíssimos, como que um catecismo de nacionalismo para todos os políticos brasileiros. Não precisaria, portanto, valer-me da opinião de estadistas estrangeiros, para demonstrar o significado, nesta época, do nacionalismo. Lessem, os mal informados, as obras de Alberto Torres, e compreenderiam perfeitamente o significado dessa força incoercível que é, no Brasil, o nacionalismo. Não vou tomar tempo ao Senado...

O Sr. Novaes Filho — O nobre colega está deleitando os seus pares, sobretudo quando recorre a Alberto Torres, que foi, em verdade, grande pensador e traçador de rumos para a nacionalidade.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Sr. Presidente, em qualquer página do livro de Alberto Torres se verá o que significava o nacionalismo já naquela época, para os que viam os problemas do Brasil com segurança.

Não era nenhuma xenofobia, nenhum chauvinismo, ao contrário, era o sentimento profundo de que não podíamos continuar com a política perdulária de entregar todos os nossos recursos à espoliação dos estrangeiros.

Abriando, ao acaso, a pág. 269 deste livro, lemos:

"A supremacia do comércio e das colônias estrangeiras sobre a sociedade nacional, o enfraquecimento econômico das populações estrangeiras, são fatos já antigos, crescentes, progressivos, notados por observadores isolados da nossa vida, mas desconhecidos ou desprezados pelos Governos.

As observações de alguns políticos, entre os quais o autor deste estudo, eram utilizadas em seus trabalhos pessoais. Alguns escritores trouxeram para a imprensa eruditos e documentados estudos, sem outro efeito além da polémica e do aplauso literário. Um dos mais abalizados dentre eles, eleito Deputado, o Sr. Sylvio Romero...

— que foi outro grande pensador brasileiro a enxergar o nosso problema.

“consustanciou as suas idéias em um projeto apresentado à Câmara, mas, como era de prever, rejeitado”.

Sr. Presidente, vou ler outro trecho do livro de Alberto Torres:

“Não é na faixa da fronteira que está o nosso problema atual; não são pormenores de defesa militar, de política e de administração, que nos devem preocupar; não se trata de saber se carecemos ou não de capitais, se devemos ou não aceitar os capitais que nos oferecem. Com a forma que estas coisas revestem, dadas as condições do nosso estado social e econômico (pelas quais não somos responsáveis, e que, em confronto com a situação moral e política de outros países, não nos põe em posição de inferioridade) nada mais temos que fazer senão opor a empresas e sindicatos estrangeiros a recusa liminar do “non possumus”, varrer o território da intromissão indesejada, e promover a nossa reorganização social e política, de forma a preparar o Brasil para ser um cooperador da civilização, em vez de um logradouro internacional da especulação e do capitalismo ocioso”.

Acentua, mais adiante, o autor:

“O nosso nacionalismo não é uma aspiração sentimental, nem um programa doutrinário, que pressupunha um colorido mais forte do sentimento ou do conceito patriótico. É um simples movimento de restauração conservadora e reorganizadora”.

Sr. Presidente, se abrimos *A Organização Nacional* encontraremos as mesmas idéias, os mesmos princípios que nós, nacionalistas, defendemos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Alberto Torres, conhecedor da política internacional — sobre a qual escreveu vários livros como *Vers la Paix, Le Probleme Mondial, e As Fontes da Vida no Brasil* — estava a par dos acontecimentos mundiais e via os problemas do Brasil em função do que ocorria com outros povos. Daí sua capacidade de prever e de colocar o dedo justamente no ponto nevrálgico das questões.

Quando ele publicou suas obras, o sentimento nacionalista evidentemente não dominava, aí já, as camadas sociais da nossa Pátria. Era o homem culto e inteligente, que via o problema brasileiro.

Sr. Presidente reviva Alberto Torres apenas para acentuar que um homem que não era socialista, mas, liberal democrata, erudito e talentoso, depois, do exagerado desenvolvimento do nacionalismo como nós o aceitamos hoje, completamente.

Se abrimos, repito, *A Organização Nacional*, encontraremos, idênticos pensamentos. A página 307, que lerei para constar dos Anais do Senado, escreve Alberto Torres:

“O Brasil carece precaver-se, em primeiro lugar, de continuar a ser colônia do capital e do trabalho estrangeiro; defender-se depois, do exagerado desenvolvi-

mento do comércio estrangeiro no país, principalmente no que toca à gestão de suas riquezas e de suas relações econômicas, à vida e às necessidades ordinárias da população. A exploração econômica de um território convém mais, frequentes vezes, às nações fortes, do que a ocupação política”.

Sr. Presidente, tomarei, constantemente, a opinião de autores brasileiros e estrangeiros, para que se firme o conceito exato do nacionalismo.

O nacionalismo brasileiro nada tem de xenóforo, chauvinista ou jacobino. Afirmativa semelhante fez Alberto Torres e tem sido repetida por todos os líderes do nacionalismo no Brasil. É a tomada de consciência do povo brasileiro, que, como outros povos, não quer mais ser pasto da espoliação dos trustes internacionais, dos capitais estrangeiros ou das finanças internacionais.

O Sr. Lima Teixeira — Não é nacionalismo inconsequente.

O Sr. Nelson Firmo — Faço minhas as palavras do nobre orador.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Muito obrigado a V. Excias.

O Sr. Lima Teixeira — V. Excia. não defende o nacionalismo inconsequente e estreito.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — O pensamento nacionalista é assim, Sr. Presidente, atitude hoje aceita entusiasticamente pelo povo brasileiro, resultante não apenas dos fatos passados com outros povos nas condições sociais e econômicas do Brasil, senão também resultante do estado de altos espíritos deste País, que previram os fatos futuros com absoluta segurança, como se vê em Silvio Romero e Alberto Torres.

Sr. Presidente, o Ministro Oswaldo Aranha ataca a questão do reatamento das relações com a República Popular da China, assunto de que várias vezes tratei.

O Senado também ouviu a palavra do nobre Senador Juracy Magalhães, quando regressou de sua viagem ao Oriente, pedindo a atenção do Governo para que se modificasse a política em relação àquela República.

Por incrível que pareça, Alberto Torres previu o formidável movimento havido na China e que a está transformando, numa das maiores potências da terra.

Cita, Sr. Presidente, com muita insistência estes fatos, porque o que atualmente ocorre no mundo — repito — pôde ser previsto por aqueles que se dedicavam ao estudo da matéria. Não é nada de mais, porque há 126 anos, Tocqueville previu a luta entre os Estados Unidos e a Rússia.

Mostrava o escritor que os dois povos caminhavam para o conflito, visando à conquista do predomínio mundial — Isso há 126 anos!

Lerei agora o que escreveu Alberto Torres, à pág. 252 do livro que tenho em mãos:

“Não espanta, por isto que neste momento, em que o mundo inteiro oferece, aos olhos do observador, como traço típico da política, o phenomeno de uma exaltação do nacionalismo os nossos governantes não vejam que, ao passo que a China vencendo as tendencias negativas de sua tradicional indolencia consubstancia em um definido esforço de cohesão nacional o surto da sua reconstituição política.”

Isto foi escrito em 1914.

É de ver, Sr. Presidente, que somente os que compreendem o Nacionalismo tal como ele é, e não com espírito xenóforo ou como movimento para-comunista, ou ainda filo-comunista, aprenderão o fenomeno exatamente como é, e há de encontrar, até nos nossos mais cultos estudiosos do passado, a previsão dos fenomenos que hoje presenciamos.

Ora, com referência à China, mostra o Sr. Oswaldo Aranha, como, há dez anos já, pedia à Assembleia das Nações reconhecesse a República Popular da China, porque ninguém pode, neste momento, se não sendo absolutamente vesgo, negar a existência de uma nação que tem nove milhões de quilômetros quadrados e seiscentos milhões de habitantes, com um surto industrial espantoso. Como se nos fosse fácil passar uma esponja na China, acabar com ela e ficar com a Ilha Formosa, que não é mais do que uma colônia dos Estados Unidos na Ásia!

O Ministro Oswaldo Aranha não só aborda esse assunto como também a questão de nossas relações com a União Soviética.

Ainda anteontem, o Senador Argemiro de Figueiredo disse algumas verdades ao Senado, com as quais estou de acordo, apesar de divergir de S. Excia. com referência a outros conceitos.

Afirmou S. Excia.:

“Somos uma nação livre e as nações livres não devem e não podem receber a aproximação com povos que lhes pareçam escravizados. Não é possível negar as grandes conquistas do povo russo nos domínios das ciências, das letras e das artes. Imenso é o seu parque industrial. É, por outro lado, um invejável centro de produção e de consumo. Por que fechamos à Rússia as portas do nosso comércio?”

Por que deixamos de ter relações diplomáticas com a União Soviética — pergunta o Ministro Oswaldo Aranha — quando o Brasil vota, na Assembleia das Nações Unidas, aquela moção que aconselha a todos os povos que dela fazem parte, a manter relações pacíficas entre si?

Sr. Presidente, no que tange às relações com a União Soviética, as objeções são todas respeitáveis: algumas porque partem de convicções filosóficas ou religiosas, outras dos que não conhecem minuciosamente a questão.

Há, também, opiniões contrárias, orientadas de interesses comerciais e econômicos.

Quais as forças que se opõem — nesse terreno — às relações comerciais com a União Soviética e os povos socialistas? — Em primeiro lugar, os interessados no sistema da política triangular de exportação: os que se beneficiam para que não possamos diretamente fornecer à União Soviética e a aqueles países os produtos que eles nos compram através de intermediários. Esses, os primeiros adversários desta política — os que têm interesse em que ela continue, ainda que prejudicando interesses fundamentais dos próprios exportadores do Brasil. O segundo grupo é o daqueles que sabem que, no comércio, ninguém vende se não compra. Se exportarmos para a União Soviética, evidentemente teremos de adquirir seus produtos. Ora, quais os produtos que aquela Nação nos poderá vender? — Os de que precisamos os brasileiros. Os artigos exportáveis da União Soviética de que necessitamos são os relativos à indústria petrolífera, refinarias, maquinismos, tratores, que sofreriam, no nosso país, a concorrência de produtos similares de outras procedências.

Os representantes desses produtos, teriam — e terão — prejuízo na diminuição de seu comércio, se houver concorrência de outros produtos estrangeiros. Então, eles se opõem.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A situação criada para o nosso café, não será, talvez, um reflexo da nossa atitude, relativamente favorável à possibilidade de re-entendimentos diplomático e comercial com os povos da chamada “Cortina de Ferro”?

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Não tenho a menor dúvida sobre esse ponto. Desde que começou, no Brasil,

a política do monopólio do petróleo — que é vitoriosa — tiveram início, também, as pressões sobre o crédito à produção, todo esse conjunto de medidas que mais podem ser tomadas como represália.

Volto, agora, a Alberto Torres, para provar que já aquele tempo existia o problema. Desejo mostrar que nós, nacionalistas, somos os herdeiros da melhor tradição cultural do nosso País; não somos filo-comunistas, nem advogamos nenhuma doutrina sociológica semelhante à dos comunistas. Somos — repito — os herdeiros da melhor tradição cultural do Brasil, no que tange aos problemas nacionais, ou seja, de Alberto Torres, Silvio Romero e outros, que tive oportunidade de citar desta tribuna.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex. outro aparte?

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Eu pretendia também discutir o requerimento que V. Ex. apresentou a esta Casa. Entretanto, de tal maneira é brilhante a exposição do nobre colega que esgotei inteiramente o assunto. Faço minhas as palavras proferidas por V. Ex. e que elucidam os brasileiros de boa fé e boa vontade sobre o nacionalismo que propugnamos e defendemos.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Muito obrigado a V. Ex.

Alberto Torres cita conceitos de norte-americanos, já ao seu tempo, a respeito dessas pressões. Refere-se, então, num discurso, às seguintes palavras proferidas pelo Presidente Wilson numa oração feita àquela época:

“O que esses estados (os da América do Sul) estão procurando realizar, é emancipar-se da subordinação, que foi inevitável, a empresas estrangeiras. Não tenho senão motivos para me congratular com a perspectiva de que consigam levar a efeito essa emancipação, e considero meu dever ser o primeiro a tomar lugar entre os, que os auxiliam a levá-la a termo”.

O Sr. William Jennings Bryan, que foi secretário de Estado do Presidente Wilson, acrescentava estas palavras, que Alberto Torres àquela tempo compeliava:

“É uma política esta que toma o lugar da *dollar diplomacy*. O capitalista estrangeiro foi muitas vezes um elemento venturoso na América Latina”.

Alberto Torres cita, também, um largo trecho do Sr. Elihu Root, ex-ministro do Presidente Theodoro Roosevelt, no mesmo sentido.

Vê-se, pois, Sr. Presidente, que neste instante ao defendermos a economia nacional da investida dos trustes internacionais estamos, realmente, vivendo o drama da nossa geração, drama previsto por eminentes brasileiros insuspeitos de comunismo, insuspeitos de estarem a serviço da União Soviética porque eles, como nós, servem exclusivamente aos interesses da nossa Pátria.

O Ministro Oswaldo Aranha já o aludi, também se refere às relações do Brasil com os Estados Unidos da América do Norte.

Sem dúvida, devemos esforçar-nos para melhorar as nossas relações com a grande nação do Norte, pois nunca descaram tanto quanto agora.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Infelizmente, é a verdade.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Nesse particular, o Sr. Oswaldo Aranha está de pleno acordo com a orientação seguidamente manifestada pela Direção Nacional de meu Partido. Somente um idiota poderia querer que o Brasil fizesse política contrária aos Estados Unidos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Política hostil.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Diz bem. Ex.: política hostil nos Estados Unidos. Por outro lado também, somente os idiotas poderão querer atrelar os destinos do Brasil à política da grande Nação do Norte.

O Sr. Nelson Fermo — Muito bem!

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Esse o ponto de vista que defendemos.

Aproveitei, Sr. Presidente, a oportunidade dessa magnífica entrevista do Ministro Oswaldo Aranha, para repisar certos pontos e como que fixar bem o pensamento de todos os nacionalistas, sobretudo dos deputados do Senado, com referência ao problema do nacionalismo. Creio e repito que, neste País, os herdeiros e seguidores do que há de melhor na inteligência, na cultura no patriotismo do Brasil estão filiados à corrente nacionalista.

O Sr. Nelson Fermo — Não há dúvida alguma.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Continua em discussão o requerimento. (Pausa).

Mais nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o requerimento. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia. (Pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 20 de março de 1958

1 — Discussão única do Projeto de Resolução n.º 1, de 1958, de autoria da Comissão Diretora, que revigora o disposto na Resolução n.º 10, de 1951, para os funcionários da Secretaria do Senado, admitidos posteriormente à Resolução n.º 4, de 1955, tendo pareceres, sob ns. 46 e 47, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, nos termos do substitutivo que oferece; e de Finanças, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas.

ENTREVISTA DO SR. EMBAIXADOR OSWALDO ARANHA, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 65, DE 1958, DO SR. DOMINGOS VELLASCO, APROVADO NA SESSÃO DE 19 DE MARÇO DE 1958.

"O BRASIL NÃO É MAIS UMA COLÔNIA ONDE OS IMPERIALISMOS PODAM REINAR E SE DISPUTAR!"

O Senhor Oswaldo Aranha tem mantido nos últimos anos uma posição extremamente discreta com relação aos problemas políticos. Designado o ano passado para chefiar a Delegação Brasileira à 12.ª reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, teve ali uma atuação brilhante. Seu comportamento, no entanto, nem sempre correspondeu aos seus pontos de vista pessoais com relação a muitos problemas internacionais ora em debate. É que, como delegado, oficial de seu País, teve sempre que atuar de acordo com as rigorosas instruções que lhes foram transmitidas pelo Itamaraty. Após o encerramento dos trabalhos da ONU, teve oportunidade de fazer algu-

mas declarações, recebidas com reserva por certos círculos do oficialismo brasileiro.

Agora, concedeu ao jornalista Medeiros Lima a entrevista exclusiva que hoje publicamos. Durante mais de duas horas, através de um diálogo vivo, cuja naturalidade foi mantida, o Sr. Oswaldo Aranha expressou de maneira clara e franca o seu pensamento sobre os problemas internacionais. Embora guardando certa discrição, não deixou de criticar a posição do Brasil no âmbito de sua política externa, notadamente no que diz respeito ao tratamento dispensado aos países em luta contra o colonialismo e a tão controversa questão do rearmamento de relações com a União Soviética.

Pela força de suas idéias, pela clareza com que se expressa e sobretudo pela grande independência com que se situa diante dos problemas universais, acreditamos que a entrevista do Sr. Oswaldo Aranha é um documento, que exprime a maturidade do pensamento brasileiro.

M. L. — O fato de, por duas vezes, haver ocupado o Ministério do Exterior do Brasil, sua posição de antigo Presidente da Assembleia Geral da ONU, sua inclinação e interesse pelos problemas mundiais, enfim, sua qualidade de homem de Estado, fizeram do Senhor uma das personalidades mais respeitadas em seu País e no exterior, no campo das relações internacionais. Sendo assim, parece-me que, sua recente volta à Assembleia Geral das Nações Unidas, depois de demorado período de ausência lhe foi extremamente útil. Esta nova experiência decorrente de suas observações de seus contatos, é que me leva a indagar se continue a acreditar na ONU como um organismo capaz de assegurar a paz mundial.

O BRASIL E A OTAN

M. L. — O Senhor falou do pacto continental. Isto me leva a indagar qual o seu pensamento a propósito de declarações recentes feitas pelo nosso Ministro das Relações Exteriores e pelo Presidente Prado, do Peru, no sentido de os países da América do Sul, que fazem parte da Organização dos Estados Americanos, reforçarem sua solidariedade aos Estados Unidos e ao mundo ocidental, integrando-se na OTAN?

O. A. — Não tenho conhecimento dessas declarações, quer do Presidente do Peru, quer do nosso Ministro das Relações Exteriores. Não vejo, porém, por que nós devamos incorporar à OTAN que pelo seu próprio nome nos exclui. É uma aliança das nações do Atlântico Norte e nós pertencemos ao Atlântico Sul. É uma organização geográfica e política à qual não devemos aderir, não só porque não fomos de início convidados, como principalmente agora, quando ela mostra profundas divergências entre os seus componentes. Com maior razão, pois, não temos motivo para a ela nos reunir.

CHINA: PROBLEMA CRUCIANTE

M. L. — Quando me referi ao problema da ONU, estava pensando no fato de que até hoje ela foi incapaz de resolver algum dos pontos mais delicados da política internacional, como, por exemplo, a questão da reunificação da Alemanha e do reconhecimento da China Popular. É curioso como muitas nações mantêm comércio com a China, mas não lhe reconhecem o Governo. No Brasil, inclusive, fala-se em se restabelecer trocas comerciais com aquele País, quando continuamos na ONU a votar sistematicamente contra seu reconhecimento como nação e povo independente.

Por outro lado, o fato mesmo de as grandes decisões serem tomadas diretamente através dos três grandes — Estados Unidos, Inglaterra e União

Soviética — não implica numa redução ou diminuição da ONU como organismo soberano?

O. A. — Se você estudasse a Carta das Nações Unidas, verificaria que ao fim, entre as Disposições Transitórias, há um artigo confiando às cinco grandes nações que venceram a guerra a missão de ultimar a paz. Não há lembrança na História de uma guerra que não tenha levado 100 anos para ser ultimada e cancelados todos os seus efeitos. Nós mesmos só há poucos anos é que colocamos uma pá de cal nas consequências e nos restos da Guerra do Paraguai, tão lamentável. A última grande guerra ainda mantém problemas que não foram resolvidos, e que só o tempo e o trabalho da ONU poderão ser solucionados. Entre eles, o da Alemanha, o da China, e tantos outros.

É fora de dúvida, no entanto, que a ONU tem concorrido para que a paz se ultime, depois da última grande guerra, sob a base de princípios, de regras e de normas muito mais humanas e justas do que as que liquidaram as guerras passadas.

M. L. — E quando a ONU se recusa a reconhecer a China Popular estará ajudando a conciliar os interesses em choque?

O. A. — O problema da China Popular é dos problemas cruciantes da ONU. A minha opinião é conhecida há 11 anos, quando achei que se deveria proclamar a independência de Formosa e reconhecer a China. Então, acreditava que isto fosse possível. Hoje, o problema da China será resolvido, e a própria ONU, em suas assembleias, vem demonstrando crescente tendência a admitir a China Popular, que, entretanto, nunca pleiteou, nunca apresentou diretamente por motivo que desconheço, a sua pretensão de entrar nas Nações Unidas. Todavia, essa pretensão é apresentada através de terceiros e cada ano ganha mais três ou quatro votos. Assim, chegará o momento em que ela fatalmente entrará nas Nações Unidas.

M. L. — Quando o senhor estava nos Estados Unidos contou-se aqui, a esse propósito, um episódio que não sei se é verdadeiro e que gostaria de ver agora confirmado ou desmentido.

Dizia-se que, quando colocado à apreciação da Assembleia Geral da ONU o problema do reconhecimento da China, o Delegado norte-americano fez um discurso combatendo a iniciativa, discurso que teria sido friamente acolhido. Esse fato o teria levado, ao descer da tribuna, a convidar o senhor a fazer um outro discurso no mesmo sentido. O senhor, no entanto, teria respondido ao convite declarando: "Tenho instruções do meu Governo para votar com os Estados Unidos, e não para defender o ponto de vista dos Estados Unidos nesse caso".

O. A. — O fato é verdadeiro, essa versão tem certa razão. Realmente, o Brasil votou com os Estados Unidos por instrução do nosso Governo. Mas, justamente porque, há 10 anos, já me havia manifestado favoravelmente à entrada da China Popular na ONU, não me era possível falar defendendo o ponto de vista dos Estados Unidos.

O Acórdão Russo-Americano

M. L. — O equilíbrio tecnológico tentado entre Oriente e Ocidente, depois do lançamento do "sputnik" pelos Soviets, não poderá induzir os Estados Unidos e a União Soviética a um acordo, em detrimento dos Estados menores e mais fracos, pela divisão do mundo em áreas de influência?

O. A. — Não, não creio nisso, justamente pela existência das Nações Unidas, da qual participam, e necessitam participar, quer os Estados Unidos quer a Rússia, e onde as decisões são tomadas por uma forma

geral e não particular. O "sputnik" veio revelar, apenas, o avanço tecnológico da Rússia, mas, em si mesmo, não traz qualquer ameaça ou risco aos demais povos, que, como os Estados Unidos, se se concentrarem numa produção similar, igualarão ou até superarão a Rússia em pouco tempo. Não tenho a respeito a menor dúvida. A surpresa proveio de que, até então, era convicção nos grandes centros ocidentais que a Rússia apenas reproduzia os modelos técnicos do ocidente, e o "sputnik" veio revelar que a Rússia possuía uma técnica própria, não imitava, e era capaz de criar ou superar os modelos técnicos ocidentais e os projetos e planos dos nossos cientistas e técnicos. Essa a significação do fato. A consequência foi a de provocar maior esforço do mundo ocidental para também criar uma técnica que venha a rivalizar ou superar a Rússia. Não tenho dúvida de que eles farão milhares de "sputniks". O problema dos Estados Unidos não é esse: é seu problema é interno.

Consequências da Corrida Tecnológica

M. L. Não creio o senhor nas consequências e nos eventuais efeitos políticos da corrida tecnológica, especialmente nos países subdesenvolvidos?

O. A. — Os países subdesenvolvidos são e serão vítimas dessa situação, dessa corrida técnica e científica em procura da criação de elementos bélicos capazes de superar uns aos outros no evento de uma guerra. É fora de dúvida que as grandes nações aconselharam os países subdesenvolvidos a se desenvolverem, e todos entraram, nessa corrida do desenvolvimento econômico: a Índia, o Brasil e inúmeras outras nações. Para isso, entretanto, precisavam contar com o apoio e o concurso dos seus conselheiros, que tinham as reservas, capazes de amparar esse desenvolvimento. Ocorreu, porém, que, absorvidos por esse problema, deles mesmos, não deram essa assistência. Daí o surto da inflação mundial, dos grandes desequilíbrios econômicos nos países desenvolvidos, dos dramas das massas e populações, às quais se acanham com grandes possibilidades, que redundaram em verdadeiros fracassos por toda parte, de modo que os países subdesenvolvidos voltaram a si e chegaram à conclusão de que para seu desenvolvimento só podem contar com seus próprios elementos e com muito poucos recursos e ajuda dos países desenvolvidos que aconselhavam seu desenvolvimento.

Comprometida a Autoridade do Brasil

M. L. — Se não estou enganado, em recente declaração feita no exterior, o senhor se referiu à crescente importância dos pequenos países e dos países subdesenvolvidos na correlação de forças da ONU. Isto, pareceu-me certo. Mas, como se explica que nações como o Brasil prefiram sistematicamente fazer o jogo de um dos grandes a se situar numa posição de maior independência e liberdade de ação em presença dos interesses de países em conflito com o colonialismo? Poderia citar, como exemplos, os casos da Argélia, de Goa e da Indonésia.

O. A. — Realmente, você tecou um assunto muito delicado. Nós, o Brasil, é um País que, ao lutar sua independência e não ter, consequentemente, contrariar a independência de outros povos, que, na mesma situação do Brasil, procuram libertar-se de velhos jugos. A realidade, porém, é que o Governo brasileiro e a diplomacia brasileira quando instruem as suas delegações o fazem de forma precisa, determinando as variantes das atitudes a serem assumidas. A Delegação do Brasil obedece sem nenhuma restrição ou reserva

às ordens recebidas do Itamarati. A inauguração de que se trata são justas, oportunas ou certas, cabe ao próprio Governo, não aos Deputados, que são mandatários e não mandantes.

M. L. — Se o Senhor me permitir, uma vez cumprida sua missão, gostaria de lhe transferir essa indagação, que diz caber ao Governo responder.

O. A. — Confesso que essa situação é, por vezes, constrangedora e compromete, até certo ponto, a autoridade do Brasil. Na ONU, onde outrora o nosso País recebia a votação unânime quando aspirava quaisquer posições, hoje, infelizmente, se eleger com certa dificuldade quando se tem que pleitear. Acredito que o Itamarati — e as suas últimas instruções, as que recebi, são realmente renovadoras e mostram uma alta compreensão das alterações que estão sobrevenindo no mundo — o Itamarati irá agir, e talvez terá mesmo que rever certas atitudes que, por tradição, por amizade, por solidariedade, ou continental ou ocidental, foi obrigado a adotar.

ISRAEL E O MUNDO ARABE

M. L. — Coube ao Senhor presidir no passado a histórica reunião da ONU, em que se criou o Estado de Israel. Mas, passados dez anos, pergunto: como vê o destino dessa jovem Nação, diante da acelerada reorganização do mundo árabe?

Se me permite, gostaria de desdobrar esta pergunta indagando ainda: na sua opinião, Nasser e sua política representam um fator positivo para o futuro das nações coloniais e semicoloniais do mundo, afro-asiático?

O. A. — O Estado de Israel foi criado para permitir e acreditar que, depois de 10 anos, essa intenção esteja realizada pelos fatos. O surto do mundo árabe era uma das necessidades para toda a civilização, pois quem não conhece a ação civilizadora árabe, que envolveu a Europa, Ásia e África, poderá desejar que essa contribuição se apague no nacionalismo dos desertos. Era necessário chamar o mundo árabe à civilização, era indispensável seu retorno, como uma contribuição que maior não deu nenhuma nação, no passado. Isso só foi possível com a criação do Estado de Israel. Hoje, inúmeras nações árabes surgiram, fizeram-se independentes, organizam-se, trabalham e enriquecem, e o chamado mundo árabe será um dos elementos mais à organização mundial, que deve ser de todos e não de uma parte. A ele, portanto, devem os povos árabes, que se contam por milhões, ser incorporados com uma nova forma de viver e conviver, traços que estão impregnando a atualidade. Não vejo risco algum, para Israel, mas vejo benefícios muito grandes na criação de Israel para a civilização mundial e para a comunhão dos povos.

Entre esses fenômenos, sem dúvida alguma, como você acentua, está o nacionalismo egípcio, que tem o traço e a marca do individualismo árabe, de tantas qualidades, virtudes e também contradições desse mundo tão pouco conhecido de todos nós, brasileiros.

É fora de dúvida, porém, que esse nacionalismo tão acomado de associado ao sovietismo e, na minha opinião, uma forma árabe diluído ao Norte e aos povos árabes, que, infelizmente, não se podem unir sob uma bandeira, porque estão profundamente divididos pelas diferenças ou nuances religiosas do islamismo.

M. L. — A aliança com a Síria já é o primeiro passo...

O. A. — Vou chegar lá. A aliança com a Síria é realmente um sintoma favorável à extensão desse nacionalismo a todo o mundo árabe, mas ninguém impedirá que essa forma tome as variantes que lhe imprimem,

por exemplo, a Jordânia, o Iraque, a Arábia Saudita. Há as contradições religiosas. O maometismo, depois de seu advento, se dividiu em várias nuances, em formas fanáticas, mais caracterizadas, uma das quais foi o islamismo. O islamismo não poderá voltar, porque foi depois do islamismo que se dividiram em ismaelitas em hanemitas, vaijistas e tantos outros, irreconciliáveis por ora.

O mundo árabe está trabalhando, está voltando a participar de todas as atividades da civilização mediterrânea e mundial, com riquezas e reservas que estão sendo cobilhadas, exploradas, mas que acabaram todas incorporadas, vamos dizer, ao patrimônio mundial.

NACIONALISMO E NEUTRALISMO

M. L. — Como acaba de acentuar a propósito dos países árabes, o nacionalismo é um dos fatores mais importantes da vida de muitos povos, sobretudo daqueles povos que até aqui têm sofrido excessos da dominação econômica e financeira das grandes potências. Desenvolvido à sombra do conflito entre Ocidente e Oriente, o nacionalismo está tentando uma terceira posição, caracterizada por certa tendência ao neutralismo. Pergunto, no entanto, se acredita na neutralidade do nacionalismo desses países, quando suas exigências internas de progresso os obrigam a buscar no exterior a técnica e os capitais, de que necessitam para vencer o atraso e o subdesenvolvimento?

O. A. — O nacionalismo está no começo, no início da formação dos povos, e depois, acompanha a caracterização final da personalidade de todas as nações. O nacionalismo não pode ser neutro; é uma forma ativa de tomada da sua própria consciência e da sua missão, para exercê-la no seio das demais nações.

O problema do nacionalismo desses povos parece-me que está sendo mal interpretado. O nacionalismo contemporâneo é mais um esforço para a independência econômica de países que já tinham independência política. Como, porém, a independência política não existe na sua plenitude, sem forças econômicas que a possam amparar e assegurar, os povos que adquirem essa consciência, em grande parte provocada pelas próprias grandes nações que apregoaram a necessidade do seu desenvolvimento econômico e industrial, tornaram mundial esse movimento. Na Ásia, na África, na própria América, o sentido do nacionalismo não é o da ausência ou da fuga às responsabilidades internacionais, mas, sim, o da tomada de posição e participação nelas. A participação na comunhão mundial, força cada nação a dar e a receber. Hoje, os povos, incluído o Brasil, estão convencidos de que têm que dar, mas também tem que receber, e não devem receber — aí está o nacionalismo — sem dar. De modo que o nacionalismo brasileiro — e, a meu ver, como o nacionalismo que observei em quase todos os povos — é uma caracterização da personalidade internacional, ou uma tomada de consciência internacional de cada país em relação a si mesmo e a sua missão no conjunto dos povos. Não é um ato de isolamento; não é um temor; não é medo dos demais. Não. Ao contrário, é justamente um ato de consciência de coragem, em que cada um deseja aparecer como é realmente e não como se quer que seja.

Eu, por exemplo, não compreendo essa coincidência do nacionalismo com o comunismo, pois este é uma doutrina internacional. Assim, não poderiam coincidir, pois o nacionalismo é justamente a negação daquele. Não. Entre o nacionalismo e o internacionalismo, entre 8 e 80, está a posição dos povos atuais, e a sua independência política, conquistada em outros

tempos, ou pela fraqueza das nações dominadoras, ou pelo crescimento próprio dos países que se tornaram independentes, trouxe a necessidade de um caracterização econômico-industrial, isto é, da maior divisão da riqueza mundial entre os povos, como dentro e cada nação, de maior divisão de riqueza entre o seu povo. Esse é o nacionalismo atual do mundo. E, finalmente, um movimento similar ao que se seguiu à Santa Aliança quando vários povos nasceram e outros desapareceram. E a maioridade, mas por se ter chegado à idade maior, mas por se ter chegado à capacidade de se ser maior.

Esse é o funcionalismo que noto no mundo. Não noto esse nacionalismo que se poderia chamar de xenóforo, inimigo do estrangeiro, contrário a todos os empreendimentos, adversário de toda colaboração, negando toda cooperação técnica, científica ou industrial. Isso não mais existe no Universo. Creio que nem mesmo nas regiões mais remotas, porque hoje não há um homem com alguma conhecimento que não saiba o que nada a ele pessoal, nem local, nem mesmo nacional, mas mundial.

RELAÇÕES BRASILEIRO-AMERICANAS

M. L. — O problema do nacionalismo toca muito de perto ao Brasil. Por isso mesmo, o senhor vai-me permitir que nele insista. Mas, ao abordá-lo agora, desejaria fazê-lo tendo em vista os interesses nacionais brasileiros, o que leva fatalmente ao problema de nossas relações com os Estados Unidos. Isso me induz a formular as seguintes indagações: a) se a atual política externa do Departamento de Estado favorece o desenvolvimento brasileiro; b) se o progresso econômico e técnico do Brasil não o obriga a uma posição de maior independência face às conveniências momentâneas da política externa de Washington; c) se a política de bons sócios, em substituição à política de cooperação de governo para governo, não representa um retrocesso nas relações entre os dois países.

O. A. — A resposta à sua pergunta só poderá ser dada pelo próprio Governo brasileiro. Devo confessar que não estou a par, em todos os seus detalhes, dos entendimentos com os Estados Unidos, para poder afirmar se eles correspondem ou não às nossas aspirações, aos nossos desejos, aos nossos propósitos, na hora atual. Devemos compreender que, neste momento, a política norte-americana não está mais voltada para a América, para os seus vizinhos. A sua viabilidade está do outro lado do Atlântico, do outro lado dos mares. Os seus interesses econômicos, políticos e estratégicos colocaram, naturalmente, o Brasil fora das suas preocupações predominantes, imediatas e imperativas. Estamos talvez passando por um período em que o Brasil, tendo saído do foco estratégico, pela sua posição geográfica, não é objeto das considerações predominantes do governo americano. Acredito, porém, tratar-se de um fato passageiro. Verifiquei, nos Estados Unidos, já agora, que, em todas as camadas, nas intelectuais, nas universitárias, no Senado, na Câmara, sobretudo na imprensa, é mostrado o alto interesse que, mesmo sem estar dentro do quadro estratégico atual, representa o Brasil na política continental e mundial. O Brasil não poderá ser um marginal; é grande demais, está numa posição geográfica e tem uma situação política que não lhe permitirão ficar afastado das grandes soluções mundiais. Não tenho a menor dúvida de que, no momento, entre as preocupações dos Estados Unidos, o Brasil passará a ocupar um lugar de relevo para as suas decisões futuras.

M. L. — Embora o senhor não tenha querido responder à pergunta que lhe dirigi de maneira bastante objetiva...

O. A. — Não tenha querido, não; não tenha podido, porque não sou Governo.

M. L. — Indiretamente deixou claro, parece-me que os Estados Unidos só dão ao Brasil quando podem dele receber algo em esforço bélico, econômico ou de qualquer outra natureza, como ocorreu durante a guerra, quando o senhor era Ministro das Relações Exteriores e as bases de Natal, Recife e Ceará, eram consideradas fator positivo para a vitória das Nações Unidas.

O. A. — Não é bem assim. Em política internacional nada é mais errado do que querer ignorar as realidades. Ao contrário do que se supõe, a política internacional e a diplomacia, que é o seu instrumento, fundam-se nos fatos. Temos de reconhecer que, presentemente, a nossa posição não é a mesma da última guerra, a que você se referiu. Não, podemos, em consequência, ter a mesma influência do passado, quando esta era básica e essencial, como o corredor da vitória e outros elementos muito importantes para o conflito. A política do Brasil, desde o Império, podia ser definida, em uma fórmula muito simples: apoiar os Estados Unidos no mundo, em troca do seu apoio, do apoio da América ao Brasil. Hoje, não nos podemos colocar nessa posição, nem exigir que se ponha em prática essa política.

Hoje, a nossa preocupação é mundial. Como afirmei antes, não queremos dar sem receber, mas também não queremos receber sem dar. O problema do Brasil é não se excluir e quando excluído forçar as portas que lhe abrirão a consideração da ordem mundial, a que tem direito.

Não sou nem poder, ser anti-americano, dada a minha formação. Muito menos poder ser pró-russo. Sto; no entanto, cada vez mais brasileiro; à proporção que entro em contato com os povos estrangeiros.

Na diplomacia diz-se: ou dou para que tu me des.

Nos governos americanos ou brasileiros, nem todos têm a mesma compreensão dos deveres recíprocos de um país para com o outro; uns são mais ou menos ativos na política das boas relações entre os dois países.

Os Estados Unidos foram chamados a uma missão internacional, o que, naturalmente, teria de repercutir na política continental, pois eles tiveram sua atenção voltada para outros problemas que não eram os nossos, como outrora, dentro das linhas traçadas por Monroe. Quando, da fundação da ONU, na Conferência de Cleveland, fiz um discurso a respeito, mostrando que o nosso temor era de que os Estados Unidos, chamados a uma missão mundial, tivessem de relaxar um pouco a sua política continental. Mas era um fato inevitável e isso não importa em mal para o Brasil, porque é da paz mundial, da segurança mundial, da tranquilidade mundial e do progresso mundial que surgirá o Brasil, mais do que da solidariedade continental. Somos um País, pelas nossas proporções, pelas nossas costas e pela nossa formação, que, preso ao continente, tem uma destinação de ordem mundial.

RELAÇÕES COM A RUSSIA

M. L. — Um dos debates mais atuais da política externa brasileira é o que diz respeito ao restabelecimento de relações comerciais com a União Soviética e demais países da Europa e da Ásia, situados dentro da área do mundo socialista. A controvérsia a respeito leva-me, naturalmente, a abordar o assunto aqui.

Como o seu pensamento já é conhecido, gostaria que o senhor apresentasse as razões que lhe pareçam aconselhar a política de intercâmbio comercial com aquelas nações.

O. A. — Só ao chegar aqui é que me intei das objeções apresentadas ou feitas à minha sugestão de que o Brasil aproveitasse a oportunidade da resolução final do ONU, adotada unanimemente, convocando todos os povos, independentemente de seus regimes políticos, a manterem relações diplomáticas e comerciais e que essas objeções tinham ou alterado ou confundido o meu pensamento. Não acentuei para o Governo do Brasil procurando rever a sua posição internacional em relação ao mundo socialista, em fatos de natureza comercial. Não foi o comércio que me interessou, nem é essa, neste momento, a razão predominante do meu pensamento. As alegações, as objeções apresentadas à minha sugestão não tem qualquer fundamento. Algumas são mesmo fúteis. Essa, por exemplo, de caráter comercial é a negação da realidade.

Em 1930 o comércio do Brasil era de menos de 200 milhões de dólares, hoje é de quase 2 bilhões de dólares. Em 1930, já não tínhamos relações com o mundo soviético, havia quinze anos. Não há, portanto, como medir nem comparar grandezas inexistentes. A realidade é que se o nosso comércio, de 30 para cá, aumentou dez vezes, se tivéssemos relações com esses povos também teria aumentado pelo menos dez vezes.

O problema da infiltração comunista, também alegado, não entra nas minhas preocupações, porque ela é um mal próprio, não é matéria internacional. É mal próprio de cada país que tem capacidade ou não de absorver ou repelir tais ou quais infiltrações.

A razão da minha opinião fundamentada em política internacional, pura e unicamente na necessidade de o Brasil participar das decisões mundiais, e não se excluir, porque somos, de fato, o único país grande no mundo e com possibilidades imensas, reconhecido como uma nação a quem o futuro reserva imensa participação na comunhão mundial, que não mantém relações com todos os povos, parte com possibilidades imensas, recobaria que me apresentassem outro país ou países, católicos apostólicos romanos, países árabes, países maometanos, islâmicos, budistas, que não mantêm relações com a Rússia. O Brasil está sozinho nesse ponto.

M. L. — Neste caso, o que o senhor sugere não é apenas o restabelecimento das relações comerciais, mas também o restabelecimento das relações diplomáticas.

O. A. — O Brasil deve manter relações com todos os povos, sem temor, sem receios, porque não é mais um país subdesenvolvido, não é uma colônia onde os imperialismos possam reinar e se disputar. O Brasil não se pode excluir, sob pena de sofrer graves prejuízos. Não me interessa o comércio. O Brasil é um membro da família mundial e não deve cancelar o seu grande futuro com considerações pequenas.

NEM RECEIOS NEM TEMORES

M. L. — As referências às relações comerciais do Brasil com a União Soviética creio que justificam certa observação. Refiro-me à grande ofensiva econômica e financeira que o governo de Moscou vem desencadeando em todo o mundo, e, agora, especialmente na América Latina. As condições de financiamentos a longo prazo e a juros extremamente baixos estão-se constituindo em uma atração sedutora para países carentes de técnica e de recursos próprios para se desenvolverem. Essa política ado-

tada pela União Soviética provoca, no entanto, algumas reflexões. Como, por exemplo: a) se, realmente, os russos contam com recursos e disponibilidades suficientes para executar essa política; b) se as ofertas de trocas comerciais se fariam através de uma corrente contínua; c) até onde estariam dispostos a transformar a luta ideológica em um conflito econômico e financeiro com os Estados Unidos naquelas zonas subdesenvolvidas do mundo; d) até onde os Estados Unidos, por sua vez, poderiam resistir a esse novo conflito sem prejuízo de quebra de sua estabilidade econômica interna, no caso de não poderem barrar politicamente a penetração soviética nesse campo?

O. A. — Não notei nenhuma ofensiva soviética, na América Latina, de caráter econômico e financeiro. Confesso que desejaria conhecer detalhes a respeito. As suas dúvidas são as minhas, são as de todos, homens prudentes que refletem sobre as consequências de qualquer ato. Não compreendo é quererem colocar o Brasil entre as nações que devem ter medo de outras, seja da Rússia, seja dos Estados Unidos, seja da Inglaterra. Superamos através de séculos invasões de toda natureza — de holandeses, de franceses, de ingleses, e não vejo como e por que, num momento deste em que o mundo está mais consciente da sua solidariedade, devemos ter receios desta ou daquela nação, desta ou daquela influência. Não somos uma colônia, não somos um país subdesenvolvido, repito, mas uma nação em pleno desenvolvimento, que revelou um alto senso político, que, através de vários conflitos mundiais, já se saiu sempre mais unida, mais forte, com outras perspectivas.

Como brasileiro, não tenho nenhum temor, nem pelos meus filhos ou netos das relações do Brasil com qualquer outro povo, porque já vencemos praticamente os piores imperialismos, os mais agressivos e temos agora a de temer não nos transformarmos em imperialistas...

A "RECESSION" AMERICANA

M. L. — No fundo do quadro das discussões entre o Oriente e Ocidente, em que entram a guerra fria, armamentos nucleares, corrida tecnológica, desenha-se um novo e grave fator de preocupação. É o risco de uma crise ou depressão econômica norte-americana, com superprodução, cinco milhões de desempregados e investimentos fabulosos no campo dos novos armamentos. Ao referir-me a este assunto, peço permissão para situá-lo nos seguintes termos: a) — se suas observações justificam o temor de uma depressão econômica nos Estados Unidos; b) — se a crise ou a depressão vier, quais seriam suas consequências para o futuro do mundo? Assistiríamos à repetição dos acontecimentos da década de 1930, quando o desequilíbrio mundial exacerbou as forças da reação desenfreada, levando verdadeiro cataclismo político e social?

O. A. — Não há nos Estados Unidos, ao que pude observar, uma depressão como a dessa década. O que há é aquilo que eles chamam de "recession": há uma modificação nas linhas e na divisão do trabalho americano que se procura reajustar à novas exigências próprias mundiais, quer as da paz, quer as da guerra. Se os Estados Unidos falharem nesse transe, não creio que outros povos possam sobreviver, por que não sei, dentre os povos que me foi dado conhecer, de nenhum mais preparado, mais equipado, em melhores condições para atravessar quaisquer crise internas ou externas, mundiais.

Estou certo de que os Estados Unidos descuraram de certos aspectos básicos, dominados pela sua crescen-

te e multiplicada preocupação de dar ao homem o bem-estar que não têm outros povos, mas não tenho dúvida de que agora, acordado desse período, vamos dizer, de isolamento do problema mundial, eles retomarão a liderança de todas as atividades econômicas mundiais sem grandes dificuldades e com absoluta certeza de que irão superar as demais organizações existentes, sejam as soviéticas, sejam as europeias ou quaisquer outras. Não há lugar para pessimismo em relação aos Estados Unidos. Eles terão de mudar muito a sua forma de trabalhar, de consumir, de viver, mas é um povo com reservas imensas pois detém mais da metade de quase tudo que é básico na vida mundial.

O MERCADO COMUM EUROPEU

M. L. — Gostaria ainda de propor à sua apreciação um problema que me parece particularmente importante e cujas consequências, acredito, poderão pesar fortemente na condução da política externa brasileira. Quero referir-me à questão do mercado comum europeu tendo a África como um dos grandes centros de abastecimento de matérias primas, produtos tropicais, como café, algodão, cacau, óleos vegetais e outros. Pergunto para onde esta concorrência estimulada pelo capital europeu e favorecida pela mão-de-obra mais barata, induzirá um país como o Brasil que, empenhado em acelerar o seu processo de industrialização, mantém contudo ainda setenta por cento sua economia na dependência de um único produto, como o café?

O. A. — Uma das contribuições da delegação brasileira foi a da criação da Comissão Econômica para a África, contra a qual resistiram as grandes nações, mas que acabou, graças ao trabalho da delegação, nesse setor chefiado pelo Senhor Augusto Frederico Schmidt, sendo adotada unanimemente, com a reserva unicamente da Bélgica.

A África era um continente mascarado para nós onde não podíamos penetrar, pois quase todo ele sob o regime colonial, era vedado à investigação, e víamos sonhadas as informações solicitadas pela própria ONU acerca das formas de trabalho e de vida das populações africanas. E' fora de dúvida que lá ainda existe o trabalho escravo, ou pelo menos que grandes massas de populações estão sendo exploradas por maneira a criar uma concorrência desigual e altamente comprometedora para países como o Brasil que, tendo produções similares, trabalham na base das conquistas mais avançadas das massas trabalhadoras. A Europa, considera a África, agora, como uma península europeia e para lá está voltando seus capitais. Não temos, entretanto, o mercado europeu, e sim essa forma de trabalho escravo concorrente com o trabalho livre.

A assistência europeia à África virá, no entanto, apressar a libertação dos povos africanos e não devemos contrariá-la, porque se por um período vier a exigir um certo sacrifício para o Brasil dentro de poucos anos a libertação africana ocorrerá como um dos fenômenos inevitáveis da vida política. Então as nações africanas concorrerão com as que já existem num pé de igualdade.

Nossa política adotada por certos grupos é a da baixa dos preços das matérias primas e a alta do preço do dinheiro internacional. O interessante é que essas grandes nações se retiraram da Comissão de Matérias Básicas das Nações Unidas porque não querem concorrer para a elevação dos preços das matérias primas. Eles compram matéria-prima por oito e doze bilhões de dólares menos e nos dão alguns milhões do nosso próprio dinheiro. Essa é a política por eles adotada.

Ainda que por algum tempo o desenvolvimento da África nos possa prejudicar, acabará por ser-nos útil.

M. L. — Acho apenas, Embaixador, que a sua resposta foi um pouco a longo prazo e o problema do Mercado Comum Europeu, nos termos em que está sendo colocado, é um problema imediato para o Brasil, o qual terá de encará-lo de alguma forma.

O. A. — Realmente, não compreendo a sua insistência. Não há problema presente. Todo problema no mundo de hoje é futuro.

O problema atual, que preocupa a você do café, não é só do café; é até do manganês, que baixou de preço, quando o mundo precisa de manganês mais do que qualquer outro produto; é dos minérios em geral, é da madeira, da lã, do algodão, de todos os produtos básicos que sofrem e estão sofrendo uma baixa forçada de preços.

M. L. — Em virtude exatamente da mão-de-obra mais barata e da aquisição dessas matérias primas no mercado africano...

O. A. — Em virtude menos, a meu ver, desse fato, do que das pressões financeiras sobre os países necessitados de dinheiro internacional para o desenvolvimento aconselhado pelos grandes povos.

M. L. — E' o caso do café no momento?

O. A. — Todos eles. De modo que se você entra numa política de desenvolvimento e está procurando mais, é natural que o dinheiro suba e que você, oferecendo mais as suas matérias primas, havendo uma oferta maior, baixem os preços das mesmas. Aumentamos as nossas produções para um consumo que não aumenta. De modo que esse fenômeno é natural, mas cíclico, isto é, não tem efeito duradouro.

Já passamos por crises similares e elas não afetaram o desenvolvimento do Brasil, nem acredito possam afetar. Não creio que o Mercado Europeu, que é condenado, que é uma forma de nacionalismo continental, que é uma forma de comunidade de nações em torno de interesses materiais e que é um erro político diante da atual tendência mundial de todos os povos, possa afetar o Brasil. Sou um convencido de que o Brasil passará por pequenas crises, mas o seu crescimento já é inevitável, porque é um movimento adquirido que ninguém mais poderá deter. São pequenos tropeços que não interrompem os largos objetivos abertos pelos brasileiros ao próprio Brasil.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

M. L. — Embaixador, creio que, através de muitos dos problemas internacionais que aqui debatemos, fomos naturalmente induzidos à apreciação da atual conjuntura brasileira. As circunstâncias não nos permitem levar mais longe esta nossa entrevista. Desejaria apenas, antes de encerrá-la, que o senhor, numa síntese, definisse que considera uma política externa brasileira acertada, face às exigências internas de desenvolvimento.

No decorrer da nossa conversa, o senhor esquivou-se algumas vezes de manifestar seu pensamento, naturalmente tendo em vista as suas responsabilidades como delegado do Brasil à ONU. Gostaria que pusesse de parte essa responsabilidade e encarasse o assunto do ponto de vista de sua condição de homem público com responsabilidade e deveres para com o seu País e para com o seu povo.

O. A. — Não há nada mais errado do que você opinar sobre o que os outros devem fazer. O regime dos conselheiros desapareceu com a República e eu não quero voltar atrás.

TRECHO DA ATA DA SESSÃO DE 18 DE MARÇO CORRENTE, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa.)
Mais nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.
Em votação o Requerimento número 64, de 1958.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Passa-se à discussão do requerimento do Senador Domingos Vellasco, lido na hora do expediente, de transcrição nos Anais do Senado, da "Última Hora" pelo Ministro Osvaldo Aranha.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Regimento, fica adiada a discussão do requerimento para a próxima sessão.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR EZECHIAS DA ROCHA, NA SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO CORRENTE, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. EZECHIAS DA ROCHA:

(Não foi revisto pelo orador) (Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, segundo noticiam os jornais, o "Population Reference Bureau", organização científica particular, acaba de informar, em Washington, que os mosquitos transmissores do paludismo estão adquirindo resistência ao DDT, o que, aliás, já vem, há muito, preocupando os sanitaristas dos países tropicais. Como sabemos, o DDT é uma das armas mais eficientes do arsenal profilático contra o paludismo e outras moléstias transmissíveis por insetos. Graças a ela, estamos desfrutando excelente situação no que diz respeito ao grande flagelo que roubava a saúde e a vida a milhões de brasileiros — a malária. A notícia, porém, da resistência dos anofelinos ao poderoso inseticida é, não há negar, das mais sérias, porque poderá significar a perda dessa vitoriosa arma, empregada em larga escala entre nós, como em todo o mundo, contra os vetores do parasito da secular endemia.

Felizmente, a previsão e a capacidade de luta do nosso grande sanitarista Dr. Mário Pinotti estão de alta-lia, vigiando o terrível inimigo da saúde dos brasileiros.

Assim é que, além dos expurgos com o DDT e outros inseticidas, e do tratamento dos doentes, do seu Plano de Erradicação da Malária consta, também, o emprego, a começar pela Amazônia, do sal cloroquinado, destinado a proteger as populações contra a agressão dos hematozoários. Trata-se de método brasileiro, ideado pelo Dr. Mário Pinotti, que, concebendo-o e pondo-o em prática, entrou para a galeria dos benfeitores da humanidade.

A campanha contra a malária tem, como se vê, duas frentes: o combate aos anofelinos e a luta contra os plasmódios.

Dados os resultados obtidos até agora e os que vamos obter com a cloro-

quinização, estou certo de que a palma da vitória caberá, em futuro próximo, aos nossos sanitaristas, entre os quais avulta a figura do Dr. Mário Pinotti, o Oswaldo Cruz dos nossos dias, cujos títulos de benemerência lhe conquistaram lugar dos mais altos na vida do país e nos fastos da medicina mundial.

Em homenagem ao eminente colega que dirige o Departamento Nacional de Endemias Rurais, vou ler, para que conste dos nossos anais, a palestra que pronunciou, há poucos dias, em nossa Capital, através da qual vamos conhecer o programa da sua vitoriosa campanha e a soma vultosa de serviços e benefícios prestados pelo referido Departamento à Nação. Esta homenagem, estendo-a aos seus auxiliares médicos e a essa legião de trabalhadores anônimos, os milhares de soldados da saúde, que, por toda parte, no interior, nas cidades, nos sertões inóspitos, estão cumprindo a difícil tarefa de combater as endemias e sanear o Brasil. E não posso aqui esquecer o nome do Dr. Darcy Rosas, Chefe do Serviço em Alagoas, cuja competência, operosidade e patriotismo são credores da admiração e reconhecimento dos alagoanos sentimentos que aqui exprimo e proclamo nesta hora, em nome do povo de minha terra.

Passo a ler, Sr. Presidente, a palestra do Dr. Mário Pinotti:

"Em todos os tempos e em todas as partes, os governos valem pelo que fazem, não pelo que dizem. E valem bastante quando fazem o que dizem. Dizer e fazer são duas coisas, na aparência bastante fáceis, mas difíceis, sobretudo aos governos, nacionais ou estrangeiros, passados, presentes e futuros.

Em nosso país, os governos têm pecado por falar em demasia, adjectivando-se em excesso a si próprios. O único governo monossilábico que tivemos, governo que falava pouco, dando até cochicho, — o de Floriano — ficou quase legendário e vai passando devagar ao domínio do maravilhoso. De sorte que, por experiências às vezes bastante decepcionadoras, o brasileiro vive em geral prevenido com as falas de seus governos. Agora, entretanto, o governo do presidente Juscelino Kubitschek está falando, não pelo gosto de falar, mas para informar ao povo, numa prestação de contas honestas, o que pelo povo fez em dois anos de trabalhos.

COMBATE AS DOENÇAS

Como técnico e administrador, chamado para colaborar com o governo dentro de minha especialidade, posso assegurar-lhes que no plano da saúde pública, especialmente no combate às velhas e grandes doenças destruidoras de tantos brasileiros, a ação do presidente Juscelino Kubitschek está superado mesmo, sob muitos aspectos, as palavras do candidato Juscelino Kubitschek.

Nos seus discursos de candidato, o presidente prometeu ao povo que também enfrentaria, com energia e decisão, as tarefas de combater as diferentes endemias rurais, que ainda fazem sofrer, inutilizam para a vida, incapacitam para o trabalho ou matam, por todo o Brasil, milhões de brasileiros.

NUNCA VIRAM UM AVENTAL BRANCO

Os habitantes das capitais e das maiores cidades, assistidos afinal de recursos de proteção de sua saúde, com clínicas particulares, hospitais e ambulatórios públicos, com facilidades apreciáveis de toda a ordem, não podem fazer idéia exata de como sofrem, entreteus exclusivamente aos cuidados da Providência, multidões inensas de brasileiros do exterior. Vou repetir-lhes o que tenho dito mais de uma vez — aproximadamente dez milhões de brasileiros jamais viram o avental branco de um médico ou de uma enfermeira. Jamais receberam a menor assistência médica, a não ser das mãos, quase sempre criminosas pela ignorância, de curandeiros e de rezadores. Ainda em 1945, ainda ontem, outros quase oito milhões de brasileiros caíam doentes de malária, todos os anos, do Norte ao Sul do país.

BENEFÍCIOS QUE TROUXE O D. N. E. R.

Por isso mesmo, nos seus discursos, o candidato Juscelino Kubitschek feria com insistência a necessidade de serem combatidas com energia nossas devastadoras endemias rurais. Praticamente um mês depois de haver assumido o governo, o presidente criava, no Ministério da Saúde, o Departamento de Endemias deve-se, também, ao apoio esclarecido do ministro Maurício de Medeiros, que, outro dia, pelo rádio e televisão, louvava os seus 15 mil abnegados funcionários em ação por todo o país.

Apesar de sua amplitude, o novo Departamento não representou nenhum aumento de despesa, nem novos empregos, porque se formou com os Serviços Nacionais de Malária, de Febre Amarela e de Peste, e com as campanhas profiláticas a cargo da Divisão de Organização Sanitária.

Sua criação era uma necessidade, reconhecida desde muito tempo. Teve por objetivo unificar o combate às endemias rurais, combate esse antes disperso em vários órgãos, que agiam, separados e isoladamente, embora várias endemias fossem combatidas com técnicas semelhantes, quase as mesmas.

Para lhes dar uma idéia da dispersão de esforços e de dinheiro que existia, basta dizer-lhes que uma habitação do interior podia receber, durante o dia, a visita de três guardas sanitários, cada um com um boné diferente.

O primeiro guarda punha DDT nas paredes, contra o mosquito da malária; o segundo, punha lervicida nas águas de uso doméstico, contra o mosquito da Febre Amarela; o terceiro, punha o inseticida nos pisos, contra as pulgas da Peste. O morador não fazia outra coisa, senão receber mata-mosquitos.

Evidentemente que essas três tarefas, com economia de dinheiro, de trabalho e de tempo, poderiam ser realizadas, com a mesma eficiência, por um homem só. Os dois guardas restantes iriam combater, como estão combatendo agora, outras e graves endemias, como a Boubá, o mal de Chagas e o

VANTAGENS DA UNIFICAÇÃO

Embora apresentada assim de maneira pitoresca, essa a finalidade do Departamento de Endemias — unificar, para maior rendimento, os esforços dispersos contra as nossas doenças endêmicas.

As vantagens dessa unificação estão patentes nos resultados alcançados nesses dois anos, expressos no melhor conhecimento, no controle da transmissão e na queda da incidência das treze endemias rurais que o Departamento está combatendo, em todo o país. Nesta rápida conversa, não se pode possível focalizar todas essas endemias. Dêsse modo, vou mostrar-lhes o que se tem feito nesses dois anos, apenas contra as mais importantes, como a Malária, a Boubá, a Doença de Chagas, o Tracoma, a Esquistossomose, e o Bócio Endêmico. É um trabalho árduo e penoso, eminentemente técnico, exigindo muito sacrifício, realizado longe das cidades, fora dos olhos das capitais, mais significando a libertação de milhões de brasileiros das doenças que os infelicitavam, faziam sofrer e empobreciam.

COMBATE À MALÁRIA

Vejam, pois, as principais metas de saúde pública. Vejam a malária. Continuou sendo combatida com a aplicação domiciliar do DDT, porque os mosquitos transmissores possuem hábitos domésticos, e com a medicação dos doentes.

Fizeram-se mais de quatro milhões de dedetização em casas de oitocentos municípios. A área geográfica coberta pelo DDT foi quase de seis milhões de quilômetros quadrados — 70% de todo o país. A população protegida ascendeu a mais de trinta milhões de pessoas.

As vinte e uma mil Unidades Distribuidoras de Auxílios Sanitários colaboraram distribuindo antimaláricos nas regiões de difícil acesso. Essas Unidades Distribuidoras são numerosas porque constituem de pessoas responsáveis nas pequenas cidades — os vigários, prefeitos, juizes, professores, autoridades, chefes políticos de qualquer partido, comerciantes e fazendeiros, que recebem e distribuem medicamentos, colaboram assim gratuita e decisivamente nas campanhas do governo. E o povo ajudando a medicar o povo.

Nesses dois anos, realizaram-se sete milhões e oitocentos mil visitas domiciliares, para serviço de vigilância permanente para descoberta de novos casos. Setecentas mil pessoas tiveram o sangue examinado, confirmando-se cerca de trinta e seis casos de malária, numa população de sessenta e cinco milhões, quando pouco tempo antes tínhamos oito milhões numa população de quarenta milhões. Fizeram-se, ainda, quinhentas mil inspeções domiciliares para captura de mosquitos.

Nos laboratórios, iniciaram-se estudos da resistência dos mosquitos transmissores aos inseticidas. A redução foi na ordem de 97%. As principais espécies no Brasil felizmente continuam sensíveis ao DDT.

MÉTODO BRASILEIRO

Outro aspecto expressivo da

esala, do Sal Cloroquinado método exclusivamente brasileiro. Trata-se da mistura de Cloroquina, eficaz específico, antimalárico com o sal de cozinha, alimento de ingestão universal e obrigatória. Emprega-se o sal cloroquinado para proteger as populações nas regiões impaláveis à dedetização e à distribuição de medicamento, como a região amazônica.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Nesta oportunidade quero trazer a V. Exa. meu testemunho sobre o que significa, principalmente para a região que representa, essa resistência nova ao DDT. Em janeiro de 1957 percorri quase toda a região do baixo Amazonas, para fazer o levantamento da produção de juta, e tive oportunidade de verificar, já que viajei em lancha do Departamento de Endemias Rurais, o trabalho abnegado, criterioso e eficaz desse departamento, no que se refere ao meu Estado. A notícia que V. Exa. traz ao Senado é de alarmar, porque temos no DDT exatamente o principal fator para a eliminação da malária. Isto nos deixa cheios de temores já que, como V. Exa. sabe, aquela região é a mais afetada e foi a que mais exigiu os esforços dos nossos sanitaristas. De forma que trouxe a atitude de V. Exa. em trazer ao conhecimento da Casa esta notícia, que é alarmante, mas que precisa ser dada para que tomemos as devidas providências.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte de V. Exa., e estou certo de que, não obstante a ameaça que importa para os serviços de profilaxia da malária a resistência dos anofelinos ao D.D.T., contando, como contamos, com a inteligência, a operosidade e o patriotismo do Dr. Mário Pinotti, sobretudo com os seus largos conhecimentos e a sua alta visão do problema, a malária, como epidemia, desaparecerá do mapa nosográfico do Brasil.

O Sr. Mourão Vieira — No Dr. Mário Pinotti depositamos toda nossa confiança.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — O método brasileiro, posto em prática na Amazônia, isto é, a cloroquinização, me parece, dará os mais eficientes resultados, porque vai destruir o parasito de Laveran no próprio sangue dos doentes, impedindo o seu desenvolvimento e, por consequente, o aparecimento de casos de paludismo. E não havendo doentes, nada há que recear da picada dos mosquitos. Perdem sua importância os inseticidas.

O Sr. Mourão Vieira — V. Exa. fala com grande autoridade, visto ser brilhante médico afeito a esses problemas.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte de V. Exa., sempre muito generoso para com seu humilde colega.

Continua o Dr. Mário Pinotti:

A Malária está hoje com sua transmissão seguramente controlada em nosso país. Não é mais problema de saúde pública. O governo está agora ampliando e aprofundando os êxitos alcançados, para eliminá-la completamente do nosso território. Os planos estão feitos e começam a ser executados, mediante inclusive o convênio interamericano recém-assinado com o Ponto IV.

Dentro de pouco tempo o Brasil poderá ficar como o Distrito Federal, onde há quatro anos não

se registra um só caso de malária. Até o fim do governo atual, a malária estará definitivamente erradicada de 10 Estados e, provavelmente, de toda a região amazônica.

Estas palavras do Dr. Mário Pinotti não são apenas alvissareiras; contêm motivo de orgulho para todos nós, pois a erradicação da malária será uma das mais brilhantes vitórias da capacidade humana, na luta contra as doenças, e um título de glória para os nossos sanitaristas e o nosso Governo.

A propósito da boubã, diz o Doutor Pinotti:

A boubã é outra de nossas graves endemias rurais.

Facilmente transmissível, ataca a pele e os ossos, provocando muitas vezes mutilações e deformações, que inspiram piedade. A doença incapacita o homem para o trabalho agrícola, tornando-se assim sério problema econômico e social. Ataca cerca de quinhentos municípios de quinze Estados e três Territórios.

Com a penicilina, arma eficaz contra essa doença, desfechamos, em setembro de 56, campanha de larga envergadura para o tratamento de doentes de casa em casa. Fez-se o cadastro de um milhão duzentos e oitenta mil prédios e examinaram-se mais de seis milhões e meio de pessoas nestes dois anos. Foram tratados mais de quinhentos mil doentes. Para se ter idéia da significação desse número de doentes, basta considerar que nos doze anos anteriores foram tratados apenas sessenta mil em todo o país. Nas campanhas atuais incluindo-se os conviventes ou contactos, na realidade foram tratados mais de novecentas mil pessoas, realizando-se portanto verdadeira campanha de massa.

Neste ano de 58, serão tratados meio milhão de indivíduos, entre doentes e contactos, estendendo-se a campanha a outras áreas infectadas do país.

Podemos afirmar com segurança não ser mais a Boubã problema de saúde em Minas e no Nordeste, regiões que possuam 60% do total de suas vítimas.

Muitas e intensificadas as campanhas atuais, a Boubã não será mais, em pouco tempo, problema de saúde pública em nosso país. O presidente Juscelino pode terminar seu governo num Brasil sem doentes da chamada «sífilis rural».

Sobre outro sério problema, a doença de Chagas, assim fala o ilustre sanitarista:

«Outra epidemia também grave é a doença de Chagas, que ataca o coração, provocando lesões irreversíveis, pois ainda não se dispõe de medicamento eficaz para a sua cura. Nas regiões chagásicas, em Minas, São Paulo e Goiás, como em Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará, morrem numerosas pessoas de repente. Essa doença é transmitida pelo «barbeiro», como todos sabem, inseto que vive nas frestas e rachaduras das paredes das casas de pau a pique e barro batido do sertão. Combate-se essa doença eliminando-se o «barbeiro» com BHC, poderoso inseticida.

Para destruição dos «barbeiros» foram expurgados nestes dois anos seiscentos e sessenta mil prédios em seiscentos e setenta e um municípios e investigados cento e trinta e quatro mil em trezentos e trinta municípios. Para o corrente ano, além de estudos e investigações epidemiológicas, serão expurgados, em vários Estados, quatrocentos mil prédios.

A solução do problema da doença de Chagas, depende da melhoria das habitações sertanejas. Se as habitações tiverem paredes rebocadas, sem rachaduras e frestas, não terão «barbeiros». Para acabar com as rachaduras, estamos agora rebocando as paredes com um processo simples e barato, aprendido dos próprios sertanejos. Empregamos uma argamassa feita com areia, barro e estrume de gado, que substitui o cimento. Essa argamassa não dá rachaduras. É a mesma argamassa feita pelo popular passarinho João de Barro quando constrói sua resistente casa, no galho das árvores. Um cientista pode às vezes aprender mais com um passarinho do que com outro cientista. Os resultados são excelentes — desaparecendo as rachaduras, desaparecem os «barbeiros».

Este ano, revestiremos as paredes de cem mil casas em Minas Gerais e Goiás, onde o problema da doença de Chagas apresenta maior gravidade. Também fazemos educação sanitária, mostrando ao sertanejo os perigos do «barbeiro».

A respeito do tracoma, a luta é digna dos maiores esforços. Oigamos o Dr. Pinotti:

«Vejamos agora o Tracoma, doença dos olhos que pode conduzir à cegueira. Há mais de um milhão de tracomatosos no Brasil, do Ceará ao Rio Grande do Sul. Doença de fácil contágio, esse milhão de doentes ameaça contagiar treze milhões de pessoas habitantes de quarenta e trinta e sete municípios. A promiscuidade e falta de higiene facilitam a propagação do tracoma, que se pode adquirir num simples aperto de mão. A campanha se faz pelo tratamento dos doentes através de Unidades. Vão antes, que os procuram de casa em casa, eliminando-se assim as dificuldades das grandes distâncias para o tracomatoso vir aos postos médicos fixos. O remédio sai andando atrás do doente.

Foram tratados duzentos e trinta mil doentes, visitados cento e vinte cinco mil prédios, consumidos doze milhões de comprimidos de sulfato e trezentos e sessenta e três mil bisnagas de antibióticos.

Só nos municípios cearenses de Crato e Barbalha, no vale do Cariri, município há mais de 2 séculos, muito tracomatizados, foram tratados quarenta e três mil doentes, dos quais trinta mil ficaram completamente curados.

A campanha contra o tracoma está se desenvolvendo por etapas, com prioridade nos focos mais importantes, ao mesmo tempo que se abrem novas campanhas em Santa Catarina, Maranhão e Território de Rondônia.

Outra epidemia combatida sem tréguas é a esquistossomose, quem assola vários Estados da Federação. «No Grupo das grandes endemias temos ainda a Esquistossomose, transmitida por pequeno ca-

ramujo que vive nas águas doces poluídas. É um dos nossos maiores flagelos, atingindo cerca de quatro milhões de brasileiros. Existe sobretudo nas pequenas comunidades rurais ou nos subúrbios das cidades maiores, onde não haja serviço de abastecimento d'água e apenas água escassa e poluída. A doença pode evoluir para formas bastante graves, com sério comprometimento do fígado e baço. É o que no sertão se chama de «barriga d'água».

Combate-se essa doença por várias formas. Primeiro, com a destruição dos caramujos, com moluscidas. Em 1956 e 57 foram destruídos caramujos em cento e setenta e dois municípios e consumidos cento e trinta mil quilos de moluscidas. Em 1958, serão protegidas contra os caramujos cerca de duas mil localidades de cento e cinquenta municípios. A segunda forma de combate à Esquistossomose é a instalação de serviços de abastecimento d'água, de lavanderias públicas e a construção de fossas sanitárias, para evitar o contato das populações com as águas poluídas pelos dejetos humanos. Trinta e quatro instalações de abastecimento d'água foram construídas e sessenta acham-se em construção. Mil quatrocentos e dez fossas sanitárias foram construídas e trezentos e dezesseis estão em construção. Vinte banheiros públicos foram construídos e cinquenta estão em construção. A última forma de combate é o tratamento de doentes, com medicação cuidadosa, para evitar acidentes, dado o perigo do emprego de antimonial e tioxantonas em larga escala. Foram ministrados mais de cento e setenta e quatro mil medicamentos específicos e quase um milhão de medicamentos coadjuvantes tendo sido recuperados, em definitivo, dezoito mil doentes.

Os programas de construção de fossas e de serviços de abastecimento d'água serão ampliados este ano, para controle cada vez maior da transmissão de Esquistossomose.

No tocante à esquistossomose, os alagoanos pagam pesadíssimo tributo. E sua incidência maior nas Alagoas verifica-se no litoral e na zona da mata, precisamente na região de mais progresso do Estado. É o maior problema de saúde pública da minha Província e, ao meu ver, do Brasil. Os meios terapêuticos e profiláticos deixam muito a desejar. A vitória sobre o flagelo depende, em grande parte, da educação e de melhor padrão de vida do povo. Entretanto, dentro das suas possibilidades, o Departamento de Endemias Rurais vem-lhe opondo tenaz resistência, digna do nosso aplauso.

No tocante ao bôcio, damos boas notícias a Dr. Mário Pinotti:

«Por último, temos o Bôcio, vulgarmente conhecido por «papô» que se proliferava até bem pouco tempo, entre dois milhões de brasileiros, porque essa doença passa à inteligência e pode conduzir ao cretinismo. Basta a ínfima quantidade de dez miligramas de iodo por quilo de sal de cozinha para livrar o Brasil dessa grave doença crônica.

Por isso estamos tratando todo o sal de consumo alimentar no Brasil, cerca de trezentas e cinquenta mil toneladas, com iodo. Devo declarar, com alguma satisfação, que já estamos com o sal consumido em toda o Brasil.

isto 4, duzentos e sessenta mil toneladas.

Estas, meus amigos, em linhas muito gerais, as principais metas do governo contra as nossas endemias rurais mais importantes.

O presidente Juscelino Kubitschek e seu ministro Maurício de Medeiros estão firmemente dispostos a limpar o Brasil, nestes três próximos anos, de algumas dessas devastadoras endemias.

Meus prezados amigos, meu cordial boa noite de despedida, com a certeza de que dentro em breve não terá mais atualidade a velha frase pessimista de que o Brasil é um vasto hospital".

Sr. Presidente, tendo, como acabei de fazer, a palestra do Dr. Mário Pinotti, publicada no "O Jornal", quis homenagear esse grande sanitariano, que está prestando os maiores serviços ao Brasil.

O Sr. Lima Teixeira — Estou inteiramente solidário com as palavras de V. Exa. Realmente, o Dr. Mário Pinotti, além de ser sanitariano renomado, vem realizando obra administrativa no Ministério da Saúde merecedora dos melhores elogios.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Obrigado pelo aparte de V. Exa., a voz serena da Bahia fazendo justiça a uma das mais altas figuras da ciência nacional.

Como ouvimos, há pouco, do eminente Senador Mourão Vieira os serviços na Amazônia se estendem por toda aquela região, conseguindo os mais brilhantes resultados. Se isso acontece na densa Amazônia, de tão difícil acesso, é evidente que o êxito será ainda maior no resto do País, onde há melhores meios de comunicação.

Tudo leva a crer, portanto, que o Dr. Mário Pinotti realizará uma das mais gigantescas obras sanitárias já executadas no Brasil e no mundo. A ele e aos seus colaboradores, as minhas homenagens.

O Sr. Mourão Vieira — Da licença para outro aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com muito prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Desejo juntar, igualmente, as homenagens do Amazonas — através de sua bancada, nesta Casa — ao grande sanitariano, com os nossos agradecimentos pelos grandes serviços prestados ao meu Estado, em prol da saúde dos meus conterrâneos.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte de V. Exa., que, consonando com as minhas palavras, significa o apreço e o reconhecimento do Amazonas ao grande médico patriótico, credor dos louvores e da admiração do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem.)

Resenha dos Discursos proferidos no mês de fevereiro de 1958

APOLONIO SALLES

— Em 5, para explicação pessoal, atende ao apelo que lhe dirigiram, por telegrama, penfildores da capital pernambucana. (DCN. 6-2-58).

ARLINDO RODRIGUES

— Em 14 congratula-se com a Petrópolis pelo breve início da construção da Refinaria do Rio de Janeiro, no Município de Duque de Caxias, em discurso enviado à Mesa para efeito de publicação. (DCN. 15-2-58).

ATTILIO VIVACQUA

— Em 3 associa-se às manifestações de pesar pelo falecimento do Senador Arêa Leão. (DCN. 4-2-58).

— Em 4 encaminha votação de requerimento de pesar pelo falecimento do Deputado Coaracy Nunes. (DCN. 5-2-58).

BENEDITO VALADARES

— Em 24 faz o necrológico do Dr. Mario Tavares, falecido nesta data. (DCN. 25-2-58).

— Em 11 refere-se à dispensa de ex-combatentes da Rede Ferroviária Federal apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de que sejam os mesmos readmitidos em caráter efetivo. (DCN. 12-2-58).

CUNHA MELLO

— Em 7 continua suas críticas ao Presidente do Banco da Amazônia. (DCN. 8-2-58).

— Em 11 continuava ainda, em suas acusações à Presidência do Banco de Crédito da Amazônia. (DCN. 12-2-58).

— Em 13 comenta discurso do Senador Vitorino Freire a respeito do aumento da boarracha, bem como o requerimento de informações formulado por S. Excia. na mesma ocasião. (DCN. 14-2-58).

— Em 24 ocupa-se da crise da borracha em São Paulo. (DCN. 15-2-58).

— Em 25 ocupa-se da ação do Banco de Crédito da Amazônia. (DCN. 27-2-58).

— Em 27 ocupa-se do aumento do preço da borracha. (DCN. 28-2-58).

DANIEL KRIEGER

— Em 4 encaminha votação de requerimento de pesar pelo falecimento do Deputado Coaracy Nunes. (DCN. 5-2-58).

— Em 10 trata de problemas do financiamento do trigo no Rio Grande do Sul. (DCN. 11-2-58) Republicado DCN. 15-2-58.

DOMINGOS VELASCO

— Em 3 associa-se às manifestações de pesar pelo falecimento do Senador Arêa Leão. (DCN. 4-2-58).

— Em 11 contesta notícia publicada por um matutino desta Capital, em que foi citado nominalmente como pertencente a uma Sociedade de Eus comunistas. (DCN. 12-2-58).

FERNANDES TAVORA

— Em 28 contesta notícias que atribuem caráter político o recente crime ocorrido no Ceará. (DCN. 1-3 de 1958).

FILINTO MÜLLER

— Em 10, para explicação pessoal, rebate as críticas e acusações que o Senador Juracy Magalhães vem fazendo, desta Tribuna, ao Sr. Presidente da República. (DCN. 11-2 de 1958).

— Em 14 fala a respeito do Veto n.º 6-57, do Sr. Prefeito do D. F. (DCN. 15-2-58). Republicado DCN. 25-2-58.

— Em 24, para explicação pessoal, fala sobre o Veto n.º 6-57, do Sr. Prefeito do D. F. (DCN. 25-2-58).

— Em 24 (2.ª noturna) continua falando sobre o Veto n.º 6-57, do Senhor Prefeito do D. F. Na mesma sessão volta ainda a falar sobre a mesma matéria. (não publicados).

— Em 27 encaminha votação do Requerimento n.º 37-58 (DCN. 28-2 de 1958).

— Em 27 (noturna) congratula-se com o povo argentino pelo retorno ao regime democrático. Na mesma sessão fala sobre o Veto n.º 3-58, do Senhor Prefeito do D. F. (28-2-58).

GILBERTO MARINHO

— Em 13 trata da situação dos Escritórios Comerciais do Brasil no Exterior, encarecendo a necessidade de uma reforma urgente nos mesmos. (não publicado). Na mesma sessão fala a respeito do Veto n.º 5-57, do Sr. Prefeito do D. F. (não publicado).

— Em 13 (noturna) fala a respeito do Veto n.º 5-57, do Sr. Prefeito do D. F. (não publicado).

— Em 14 fala a respeito do Veto n.º 6-57, do Sr. Prefeito do D. F. (não publicado).

— Em 27 (noturna) fala a respeito do Veto n.º 3-58, do Sr. Prefeito do D. F. (DCN. (não publicado)).

GOMES DE OLIVEIRA

— Em 4 encaminha votação de requerimento de pesar pelo falecimento do Deputado Coaracy Nunes. (DCN. 5-2-58).

— Em 25 congratula-se com o povo dos Municípios de São Joaquim da Costa da Serra e de Lages, no Estado de Santa Catarina, pelo êxito da Exposição Agro-Pecuária organizada naqueles locais. (DCN. 26-2-58). Republicado DCN. 28-2-58.

JOÃO VILLASBOAS

— Em 3 associa-se às manifestações de pesar pelo falecimento do Senador Arêa Leão. (DCN. 4-2-58).

— Em 5 enaltece os serviços prestados ao Brasil da República pelo Marechal Cândido Rondon, recentemente falecido. Na mesma sessão fala a respeito de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 304-56 (altera disposições do Código Civil). (DCN. 6-2 de 1958).

— Em 10 apela para o Sr. Presidente da República, em nome dos habitantes do Leme e Arpoador, a fim de que as autoridades federais se encarreguem das providências necessárias contra a invasão do mar naquelas praias cariocas. (DCN. 11-2-58).

— Em 13 (noturna) faz críticas ao Governo do Sr. Juscelino Kubitschek. Na mesma sessão encaminha votação do Veto n.º 5-57, do Sr. Prefeito do D. F. ao Projeto das feiras-livres. (DCN. 14-2-58).

— Em 14 continua em suas críticas ao atual Governo da República. (DCN. 15-2).

— Em 24 (2a. noturna), para explicação pessoal, fala a respeito do Veto n.º 6-57, do Sr. Prefeito do (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

— Em 27 fala a respeito do Veto n.º 3-58, do Sr. Prefeito do D. F. (DCN. 28 de fevereiro).

JORGE MAYNARD

— Em 26 elogia os serviços prestados pelas unidades sanitárias do Ministério da Saúde em Sergipe. (DCN. 27 de fevereiro de 1958).

JURACY MAGALHÃES

— Em 6 critica atos do Sr. Presidente da República. (CND. 7 de fevereiro de 1958).

— Em 10 continua em suas críticas ao Sr. Presidente da República. (DCN. 11 de fevereiro).

— Em 12 faz comentários em torno das comemorações do 2.º aniversário do atual

Governo da República. (DCN. 13 de fevereiro de 1958).

— Em 13 comenta atos do atual Governo da República. (DCN. 14 de fevereiro de 1958).

— Em 24 expõe o sentido dos entendimentos do seu Partido com outras agremiações políticas. Na mesma sessão fala a respeito do Veto n.º 6-57, do Sr. Prefeito do Distrito Federal (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

— Em 24 (noturna) desenvolve considerações quanto à possibilidade do Senado se pronunciar em tempo hábil sobre o Veto n.º 6-57. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

— Em 24 (noturna) desenvolve considerações quanto à possibilidade do Senado se pronunciar em tempo hábil sobre o Veto n.º 6-57. (DCN. 25-2 de 1958).

KERGNALDO CAVALCANTI

— Em 13 encaminha votação de requerimento de urgência ao Veto n.º 5-57, do Sr. Prefeito do D. F. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

— Em 13 (noturna) fala a respeito do mesmo Veto n.º 5-57, do Sr. Prefeito do D. F. (DCN. 25-2-58).

— Em 14 fala a respeito do Veto número 6-57, do Sr. Prefeito do Distrito Federal (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

— Em 24 encaminha a votação de decretos ao Veto n.º 6-57 do Sr. Prefeito do Distrito Federal (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

— Em 24 (noturna) desenvolve considerações quanto à possibilidade do Senado se pronunciar em tempo hábil sobre o Veto n.º 6-57. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

— Em 24 (2a. noturna) transmite impressões colhidas no Nordeste do País.

— Na mesma sessão expõe seu ponto de vista em relação ao resultado obtido na votação do Veto n.º 6-57. (DCN. 26 de fevereiro de 1958).

LEONIDAS MELLO

— Em 3 faz o necrológico do Senador Arêa Leão, recentemente falecido. (DCN. 4 de fevereiro de 1958).

LIMA GUIMARÃES

— Em 13 (noturna) encaminha votação do Veto n.º 5-57, do Sr. Prefeito do Distrito Federal ao Projeto das feiras livres. (DCN. 14 de fevereiro de 1958).

— Em 24, para explicação pessoal, fala sobre o Veto n.º 6-57, do Senhor Prefeito do Distrito Federal (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

LIMA TEXEIRA

— Em 24 (noturna) focaliza problemas da lavoura canavieira. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

— Em 27 tece considerações sobre o desenvolvimento agrícola no Estado da Bahia. (DCN. 28 de fevereiro de 1958).

LINO DE MATTOS

— Em 11 dá conhecimento à Casa de telegramas recebidos de vários órgãos de classe, sobre o Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, em trânsito nesta Casa. (DCN. 12 de fevereiro de 1958).

— Em 12 levanta questão de ordem a respeito de requerimentos de urgência formulados pelos Senhores Senadores. Na mesma sessão agradece a resposta do Sr. Presidente à questão de ordem acima referida. (DCN. 13 de fevereiro de 1958).

Em 13 faz comentário em torno da questão do petróleo boliviano. (DCN. 14 de fevereiro de 1958).

Em 14 aponta inconveniências da Instrução nº 113 da SNAOC (DCN. 15 de fevereiro de 1958).

Em 13 faz comentários da questão do petróleo (DCN. 14 de fevereiro de 1958).

Em 14 aponta inconveniências da Instrução nº 113 da SUMOC (DCN. 15 de fevereiro de 1958).

Em 24 justifica a Indicação nº 1-58, que apresenta nesta data, sugerindo ao Sr. Presidente da República a conveniência de determinar as necessárias providências a fim de possibilitar a vinda ao Brasil de um grupo de técnicos capacitados para a introdução do Cérebro Eletrônico nos trabalhos censitários do I. B. G. E. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

Em 25 justifica requerimento de informações ao Ministério da Viação, relacionado com a aquisição de máquinas rodoviárias para as Prefeituras Municipais. (DCN. 26 de fevereiro de 1958).

Em 26 justifica requerimento de informações ao Sr. Ministro da Fazenda, relacionado com a fiscalização contra a usura. (DCN. 27 de fevereiro de 1958).

Em 28 justifica o Requerimento número 38-58, de informações sobre os termos de uma entrevista concedida pelo Sr. Ministro da Fazenda à imprensa. (DCN. 1 de março de 1958).

LONRIVAL FONTES

Em 24 encaminha votação de destituição do Veto nº 6-57, do Sr. Prefeito do Distrito Federal (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

LUÍZ GUEDES

Em 5 elogia a obra administrativa do governador de Pernambuco, General Carneiro de Farias, criticando a atual distribuição de rendas estabelecida pela Constituição Federal e destinada à União, aos Estados e aos Municípios. (DCN. 6 de fevereiro de 1958).

MOURAO VIEIRA

Em 3 associa-se às homenagens prestadas à memória do Senador Arão Leão, recentemente falecido. (DCN. 4 de fevereiro de 1958).

Em 4 encaminha votação de requerimento de pesar pelo falecimento do Deputado Coaracy Nunes. (DCN. 5 de fevereiro de 1958).

Em 11 fala, primeiramente, louvando ao do Governo que solucionou problema dos plantadores de juta da região amazônica; depois critica atos arbitrários praticados por parte da Polícia e da COPAP numa diligência efetuada no Colégio Pio Americano; finalmente faz apelo ao Sr. Ministro da Fazenda para a pretensão da Associação Comercial de Itacoatiara que deseja seja instalada naquele Município uma Mesa de Rendas Federal. (DCN. 12 de fevereiro de 1958).

OTHON MADER

Em 14 justifica Requerimento de informações ao Sr. Ministro da Agricultura, relacionado com o Serviço de Expansão do Trigo. (DCN. 15 de fevereiro de 1958).

Em 24 lê telegramas, ofícios e mensagens que tem recebido de vários Sindicatos e Associações de Classe do País, protestando contra a decisão da Câmara a despeito do Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, criando o monopólio estatal para os seguros de acidentes do trabalho. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

Em 26 ocupa-se da política cambial do Governo. (DCN. 28 de maio de 1958).

PEDRO LUDOVICO

Em 6 analisa a atual conjuntura política do País (DCN. 7 de fevereiro de 1958).

PUBLICO DE MELLO

Em 24 registra o falecimento do Senhor Nascimento Moraes, decano dos jornalistas maranhenses. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

RUY CARNEIRO

Em 4 encaminha votação de requerimento de pesar pelo falecimento do Deputado Coaracy Nunes. (DCN. 5 de fevereiro de 1958).

Em 28 rebate crítica feitas ao Senhor Abelardo Jurema e a seu próprio respeito. (DCN. 1 de março de 1958).

RUY PALMEIRA

Em 7 relembra a tragédia que há um ano abalou o Estado de Alagoas, quando foi assassinado o Deputado Marques da Silva, pedindo aos poderes competentes uma solução para o caso, até hoje insolúvel. (DCN. 8 de fevereiro de 1958).

Em 24 critica a política do Governo nos negócios econômico-financeiros do Estado. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

Em 24 (2a. noturna) apela para o Sr. Ministro do Trabalho no sentido de que S. Excia. promova a instalação de um ambulatório do IAPC em Macaré. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

SA TINOCO

Em 10 justifica Projeto de Lei que apresenta nesta data, dispondo sobre moratória e outras medidas de assistência às vítimas de inundações verificadas em diversos municípios fluminenses. (DCN. 12 de fevereiro de 1958).

VITORINO FREIRE

Em 7, para explicação pessoal, comunica seu intuito de responder, na próxima sessão, ao discurso pronunciado pelo Senador Cunha Mello, contra o Presidente do Banco da Amazônia. (DCN. 8-2-58).

Em 11 responde às acusações feitas pelo Senador Cunha Mello, contra a Presidência do Banco de Crédito da Amazônia. (DCN. 12 de dezembro de 1958).

Em 12, para explicação pessoal e para melhor esclarecimento ao Senador Cunha Mello, envia à Mesa requerimento de informações ao Banco de Crédito da Amazônia - S. A. (DCN. 13 de fevereiro de 1958).

Em 24 ocupa-se da crise da borracha em São Paulo. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

Em 24 (noturna) dá conhecimento à Casa de telegrama recebido da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Altamira. (DCN. 25 de fevereiro de 1958).

Em 25 ocupa-se da ação do Banco de Crédito da Amazônia. (DCN. 26 de fevereiro de 1958).

Em 27 ocupa-se do aumento do preço da borracha. (DCN. 28 de fevereiro de 1958).

VIVALDO LIMA

Em 5 faz um histórico do Governo do Sr. Plínio Ramos Coelho, comemorando o terceiro aniversário da administração daquele parlamentar à frente do Estado do Amazonas. (DCN. 6 de fevereiro de 1958).

Em 6 comenta a criação de um porto franco no Amazonas. (DCN. 7 de fevereiro de 1958). Republicado no DCN. 8 de fevereiro de 1958.

Resenha das Matérias votadas no mês de fevereiro

SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 192, de 1957, que retifica a Lei nº 2.942, de novembro de 1956, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de magistério.

Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 1957, que concede isenção de tributos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Telefonak Telebolaget AB, Ericsson, destinado à Cia. de Telefones do Brasil Central, com sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Projeto de Lei da Câmara nº 205, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 28.500.000,00 para atender às despesas com juros e amortização das anuidades em decorrência das leis de reajustamento da pecuária.

Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 1957, que revoga o Decreto-Lei nº 2.928, de 31 de dezembro de 1940, na parte em que se refere ao art. 127, nº I, do Decreto-Lei nº 2.627, de 28 de setembro de 1940.

Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 1957, que concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 à Casa dos Artistas do Rio de Janeiro.

Projeto de Lei da Câmara nº 253, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 31.830.454,40 para atender a despesas com o pagamento de sentenças judiciais, salário-família e gratificação de função.

Projeto de Lei da Câmara nº 9-58 que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como auxílio ao Hospital Pró-Madre, no Distrito Federal.

A PROMULGAÇÃO

Projeto de Resolução nº 18 de 1957, que torna extensivo aos servidores do Senado Federal o disposto na Lei nº 2.839, de 2 de agosto de 1956.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1955, que cria o Conselho Nacional de Fubesculose.

Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 1956, que altera disposições do Código Civil.

Projeto de Lei da Câmara nº 399, de 1956, que retifica, sem alteração de despesa, a Lei nº 2.665, de 6 de dezembro de 1955. (Orçamento Geral da União para 1956).

Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1957, que declara de utilidade pública a Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, com sede no Distrito Federal.

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1957, que assegura 60% das vagas anualmente nos Cursos de Formação de Oficiais da Escola de Saúde aos Oficiais do Q. A. O., Oficiais Auxiliares, Subtenentes, Suboficiais e Sargentos das Forças Armadas, diplomados em Medicina, Odontologia, Farmácia e Veterinária, e das outras providências.

APROVADOS

Veto nº 6, de 1957, do Sr. Prefeito do Distrito Federal, ao Projeto de Lei municipal número 535-A, de 1957, que institui um fundo especial de Obras Públicas, aprova o Plano de Realizações e cria uma Superintendência de Urbanização e Saneamento; altera a Legislação Tributária; estabelece normas para evitar a sonegação; autoriza a emissão de Bilhetes do Tesouro do Distrito Federal; regula, no Distrito Federal, a instituição e arrecadação da contribuição de melhoria; aprova o Código de Contabilidade Pública do Distrito Federal; autoriza a abertura de crédito e das outras providências.

Veto nº 7, do Prefeito do Distrito Federal, a dispositivos do projeto de lei municipal nº 510-A, de 1957, que dispõe sobre acobramento de percentagens nas competições desportivas nos Estádios Municipais, e das outras providências.

Veto nº 4 de 1958, do Prefeito do Distrito Federal, ao Projeto de Lei Unicipal nº 274-A, de 1957, que doa os terrenos, que menciona.

Veto nº 3, de 1958, do Prefeito do Distrito Federal, ao Projeto de Lei Municipal nº 386-A-57, que suspende a vigência do parágrafo único do art. 252 da Lei nº 880, de 17 de novembro de 1956, e das outras providências.

Veto nº 4, de 1958, do Prefeito do Distrito Federal, ao Projeto de Lei nº 1.537, de 1954, que proíbe o uso de businas em automóveis,ônibus e outros veículos, e das outras providências.

Tomada de Prêços

Toiro público, para conhecimento dos interessados, que a Diretoria de Contabilidade da Secretaria do Senado Federal receberá propostas, até o dia 28 de março corrente, para fornecimento de 6 (seis) máquinas de escrever, eixo com 38 a 35 centímetros.

Senado Federal, em 19 de março de 1958. Luiz Nabuco Diretor Geral.